

**O PAPEL DA ÉTICA JORNALÍSTICA NA DEFESA DA PRESUNÇÃO DE
INOCÊNCIA
ANÁLISE DE CASOS MEDIÁTICOS EM PORTUGAL**

Mariana Maltês de Almeida Nogueira

**Dissertação
de Mestrado em Jornalismo**

JUNHO 2020

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Jornalismo, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Carla Baptista

«Todo o arguido se presume inocente até ao trânsito em julgado da sentença de condenação no mais curto prazo compatível com as garantas da defesa.»

Constituição da República Portuguesa, artigo 32º, nº 2

«Toda a pessoa acusada de um ato delituoso presume-se inocente até que a sua culpabilidade fique legalmente provada no decurso de um processo público em que todas as garantias necessárias de defesa lhe sejam asseguradas.»

Declaração Universal dos Direitos do Homem, artigo 11º, nº2

«Qualquer pessoa acusada de uma infracção presume-se inocente enquanto a sua culpabilidade não tiver sido legalmente provada.»

Convenção Europeia dos Direitos do Homem, artigo 6º, nº2

«Qualquer pessoa acusada de um delito tem direito a que se presuma a sua inocência até que se prove a sua culpa conforme a lei.»

Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, artigo 14º

«São ainda deveres do jornalista [...] c) Abster-se de formular acusações sem provas e respeitar a presunção de inocência; d) Abster-se de recolher declarações ou imagens que atinjam a dignidade das pessoas através da exploração da sua vulnerabilidade psicológica, emocional ou física.»

Estatuto do Jornalista, artigo 14º, nº2

«O jornalista deve salvaguardar a presunção de inocência dos arguidos até a sentença transitar em julgado.»

Código Deontológico do Jornalismo Português, artigo 8º

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Professora Doutora Carla Baptista pela orientação incansável, exigente e crítica e pelas sugestões de leitura e fontes, que enriqueceram muito o conteúdo desta dissertação. Um agradecimento especial pela enorme generosidade com que assumiu este compromisso.

Agradeço à Leonete Botelho que aceitou ser entrevistada, contribuindo com os seus pontos de vista para este estudo.

Agradeço à Dra. Marta Carvalho, jurista da Entidade Reguladora da Comunicação Social, pela disponibilidade manifestada e a preciosa ajuda na compreensão de conceitos e procedimentos de regulação jornalística e legal.

Agradeço aos meus amigos Maria Marreiros e Francisco Pinto Coelho, que num momento de dificuldade se disponibilizaram, imediatamente e sem reservas, a emprestarem-me o seu computador, instrumento essencial à realização desta dissertação e sem o qual me teria sido muito difícil escrevê-la.

Por fim, agradeço ao Afonso Reis Cabral que, mais do que eu, deve ansiar pelo dia da entrega desta dissertação. Obrigada pela revisão honesta e exaustiva do texto. Mas, sobretudo, obrigada pela paciência, pelas palavras de motivação e por compreender as minhas ausências. Qualquer agradecimento será pouco para compensar o cansaço e os fins-de-semana roubados, numa idade em que nenhum dos nossos amigos ainda escreve teses de Mestrado.

**O PAPEL DA ÉTICA JORNALÍSTICA
NA DEFESA DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA**

Análise de casos mediáticos em Portugal

MARIANA MALTÊS DE ALMEIDA NOGUEIRA

RESUMO

Nesta dissertação analisaremos de que forma a ética jornalística é determinante na escolha entre Liberdade de Imprensa e Direitos de Personalidade. Ao longo da investigação, debruçar-nos-emos sobre as ferramentas que o jornalista possui para regular a sua atividade de forma a servir a democracia, os leitores e a liberdade. Refletiremos ainda sobre diversos conflitos éticos que podem surgir como constrangimento ao jornalismo de qualidade, comprometendo a ação jornalística enquanto mediadora da opinião pública. Para além das regras e limites deontológicos, a análise estender-se-á ao conceito de verdade e de outro, que nos levarão até aos diversos órgãos de regulação do jornalismo. Com este estudo procuramos perceber até que ponto os limites do jornalismo são essenciais no cumprimento de uma função social que o mesmo procura desde a sua criação.

PALAVRAS - CHAVE: jornalismo, presunção de inocência, deontologia, ética, código deontológico, outro, verdade, normas, liberdade de expressão, direito à informação

ABSTRACT

In this dissertation, we will analyze how journalistic ethics is decisive when choosing between Press Freedom and Personality Rights. Throughout this investigation, we will look at the tools that a journalist possesses to regulate his activity in order to serve democracy, readers and freedom. We will reflect on several ethical conflicts that may arise as a constraint to quality journalism, compromising journalistic action as a mediator of public opinion. In addition to the deontological rules and limits, the analysis will also include the concept of truth and other, which will take us to the different entities that regulate journalism. This study sought to understand how journalism's limits are essential in fulfilling the social function that it has sought since its creation.

KEYWORDS: journalism, presumption of innocence, deontology, ethics, code of ethics, other, truth, rules, freedom of expression, right to information

Índice

Introdução	1
I. Enquadramento teórico e conceitos	5
1. <i>O Princípio de Presunção de Inocência</i>	5
1.1 Definição	5
1.2 Evolução Histórica	5
1.3 Manifesto Democrático sob a forma de conceito jurídico	6
1.4 Direitos do arguido em processo de julgamento.....	8
1.5 Questões levantadas pelo direito à informação, de informar e ser informado	8
2. <i>A Presunção de Inocência e o Jornalismo</i>	10
2.1 A mediação da opinião pública	10
2.2 Os valores enquanto charneira da profissão	14
2.3 Os limites da liberdade de expressão e informação	16
2.4 A Deontologia no Jornalismo	17
2.5 Enquadramento da violação da presunção de inocência no Código Deontológico do Jornalismo	19
2.6 A relevância da Presunção de Inocência no contexto do jornalismo internacional	19
2.6.1 Código Deontológico da Federación de Asociaciones de Periodistas de España (FAPE)	20
2.6.2 Society of Professional Journalists Code of Ethics	20
2.6.3 The Canadian Association of Journalists Ethic Guidelines	21
2.7 A Ética – o «outro» no Jornalismo	23
3. <i>A autorregulação no Jornalismo</i>	26
3.1 Responsabilização	27
3.2 Responsabilização nos novos contextos de comunicação	29
3.3 Jornalistas e sociedade: parceria ou utopia?	30
3.4 Objetividade.....	32

3.5 Regulação mediática em Portugal.....	35
3.5.1 Comissão da Carteira Profissional de Jornalistas (CCPJ).....	37
3.5.2 Sindicato dos Jornalistas (SJ)	39
3.5.3 Entidade Reguladora da Comunicação Social (ERC).....	40
3.5.4 Reflexões	41
II. Metodologia e <i>corpus</i> de análise	43
1. <i>A regulação dos media em Portugal entre 2015-2019</i>	43
1.1 Dados estatísticos da ERC e da Comissão da Carteira Profissional	44
1.2 Dados estatísticos Supremo Tribunal de Justiça e Tribunais da Relação	50
2. <i>Os media que integram o corpus de análise</i>	53
2.1 SIC Notícias	53
2.2 Programa de entretenimento <i>Querida Júlia</i>	54
III. Enquadramento e análise dos casos práticos	55
1. <i>Catálogo de Casos</i>	55
1.1 Interrogatório a José Sócrates transmitido pela SIC Notícias	55
1.1.2 Descrição da reportagem	56
1.1.3 A resposta da SIC	58
1.2 Reportagem de informação no programa de entretenimento <i>Querida Júlia</i>	59
1.2.1 O entretenimento como fonte de rendimento e distração	59
1.2.2 Enquadramento do caso	60
1.2.3 Descrição do programa	61
1.2.4 A falta de regulação da informação transmitida por não jornalistas, em meios de comunicação social	63
2. <i>Análise Comparativa</i>	65
2.1 Exploração de intervenientes em situações delicadas	65
2.2 Relato unilateral dos factos	66
2.3 Dificuldade em regular	67
IV. Conclusões	69

V. Bibliografia	72
VI. Anexos	i
1. <i>Entrevista a Leonete Botelho – Presidente CCPJ</i>	<i>i</i>
2. <i>Tabela de análise das deliberações da ERC remetidas à CCPJ.....</i>	<i>ii</i>

Introdução

Jornalismo e ética caminham lado a lado na nossa sociedade. Existe uma ética jornalística, suportada por códigos deontológicos e leis de imprensa, além de um acordo tácito entre jornalistas e público, no qual o compromisso último é para com a verdade. Alcançar essa mesma verdade, de uma forma ética, é o desafio que se impõe nas redações de jornais, revistas e televisões, diariamente.

A forma como esta virtude é assegurada passa não só pela hetero-regulação, que através da Lei de Imprensa e de órgãos externos às redações, orienta a ação jornalística, mas também pela autorregulação, a qual implica um compromisso dos próprios jornalistas, cimentado na honra e no sentimento de pertença a uma classe que partilha valores onde se inclui a defesa da verdade. Uma terceira via, que exploraremos nesta dissertação, é a da correção, que pressupõe um diálogo com o público e encara este último como juiz isento, possuidor do direito de ser informado de forma ética e respeitosa.

Quando falamos de direitos, na área da informação, deparamo-nos não só com o direito de ser informado como com aquele de informar, além dos direitos de personalidade, relativos a qualquer cidadão que leia ou seja protagonista de uma notícia. Quem escreve tem, muitas vezes, entre mãos histórias cujos personagens são cidadãos considerados suspeitos em processos crime, alegados violadores da ética que orienta a sociedade, mas que, ainda assim, gozam do direito à presunção de inocência.

Nesta dissertação, propomo-nos analisar o papel da ética jornalística na defesa da presunção de inocência. O direito à liberdade de imprensa e os Direitos de Personalidade, nos quais se enquadra o direito à presunção de inocência, estão consagrados na Constituição da República Portuguesa. Do confronto entre um e os outros gera-se uma situação que implica uma escolha. Sacrificar na totalidade um dos direitos representaria uma afronta à Democracia. Qual dos dois escolhemos então sacrificar, em parte, em prol do outro? E de que forma, enquanto jornalistas, essa escolha serve a sociedade e a Democracia?

O jornalista, pela natureza da sua profissão, é frequentemente obrigado a refletir sobre até que ponto está disposto a sacrificar parte da sua liberdade de informação, a fim de não aniquilar por completo os direitos pessoais dos protagonistas das suas notícias. Não é uma tarefa fácil, exige um conhecimento profundo dos valores da profissão, bom senso e capacidade de perceber o que tem de ser relatado para que a notícia cumpra o seu

papel de serviço público. Nesta dissertação, propomo-nos refletir sobre este processo de escolha e sobre a liberdade de o alcance do arbítrio jornalístico, limitado pela responsabilidade.

Começaremos por definir o conceito de presunção de inocência, a sua evolução ao longo da história e o seu enquadramento no contexto do processo penal. Tentaremos depois perceber como se materializa o direito do arguido à presunção de inocência, dentro e fora dos tribunais. Será que juízes, advogados e jornalistas são obrigados a tratar o arguido de uma forma diferente da sociedade civil? Caso isto se verifique, revestem-se as notícias de uma responsabilidade acrescida?

Parece-nos relevante analisar de que forma a comunicação social é mediadora da opinião pública e que questões levanta o direito à informação, de informar e de ser informado. Tentaremos perceber até que ponto o confronto com os Direitos da Pessoa pode abalar uma profissão que se legitima na capacidade de ser respeitável, fidedigna e eticamente responsável enquanto transmissora de informação relevante e útil.

A fim de tomar consciência da possível transversalidade da importância do respeito pela presunção de inocência, analisaremos códigos deontológicos do jornalismo de países com realidades políticas, sociais e económicas diferentes. Será a violação da presunção de inocência condenável em realidades tão diferentes? Caso se verifique uma transversalidade, o que pode esta significar?

Para além de regras e limites deontológicos, o jornalismo mune-se de diversos mecanismos para assegurar a manutenção de um caminho virtuoso na transmissão de informação. A responsabilização pelo trabalho realizado e pelas notícias transmitidas é um ponto que nos interessa desenvolver. Por um lado, obriga-nos a refletir sobre a regulação do trabalho jornalístico a partir de dentro (autorregulação) e, por outro, leva-nos a explorar o conceito de verdade jornalística. A missão da profissão é a de veicular a verdade a um público. Interessa-nos perceber se essa verdade é algo objetivo, que por si só salvaguarda o jornalista de demais responsabilidades, ou se é uma construção resultante da seleção de elementos considerados importantes, a qual deve ser feita de forma responsável e pode ser alvo de responsabilização.

Focar-nos-emos no estudo da regulação mediática que se desenvolve no nosso país, mais especificamente através da Entidade Reguladora da Comunicação Social (ERC), da Comissão da Carteira Profissional de Jornalista (CCPJ) e do Conselho

Deontológico do Sindicato dos Jornalistas (CD/SJ). Sendo a ERC e a CCPJ os dois órgãos de regulação com poder para, através das suas deliberações, aplicar medidas práticas, sanções ou o pagamento de multas, passaremos então a uma análise da sua atividade, ao nível da regulação da presunção de inocência.

No que respeita à ERC, tentaremos perceber o volume de trabalho do Conselho Regulador deste órgão ao longo dos últimos cinco anos (2015-2019). Para isso, analisaremos o número de entradas, processos abertos e deliberações. Os números que obteremos poderão ser comparados com o número de deliberações relativas à violação da presunção de inocência, indicando-nos o espaço que esta ocupa dentro da atividade reguladora da ERC. Também no caso da CCPJ será feita uma análise do número de jornalistas condenados (ou não) pela prática da violação da presunção de inocência.

Uma vez que o direito à presunção de inocência é um direito constitucional, faremos ainda um levantamento dos processos penais contra jornalistas, chegados ao Supremo Tribunal de Justiça e aos tribunais da relação de Lisboa, Porto, Coimbra, Guimarães e Évora. Também neste caso temos como objetivo determinar se o número de processos contra jornalistas é significativo, dentro do volume total de trabalho destes tribunais. Em segundo lugar, interessa-nos perceber se a violação da presunção de inocência é a razão principal que leva os jornalistas a tribunal.

Desenhada a dimensão da violação da presunção de inocência, tanto nos órgãos de regulação jornalística, como nos órgãos legais, partiremos para a análise de dois casos práticos. Os casos escolhidos para análise são as imagens dos inquéritos a José Sócrates, transmitidas pela SIC Notícias, em 2018, e um episódio do programa *Querida Júlia*, sobre uma situação de violência doméstica. Se, por um lado, temos um estudo de caso num processo mediático, por outro, temos um caso relacionado com a vida de um cidadão comum. Com esta escolha, estudaremos uma situação que pode afetar tanto figuras públicas como cidadãos desconhecidos. Analisaremos que limites éticos e deontológicos comuns são ultrapassados ou relativizados em casos tão diferentes.

Em termos globais, aquilo que nos propomos é o estudo de uma liberdade que é dada aos jornalistas e que pode ser usada tanto como poder como contrapoder.

Interessa-nos perceber porque é que uma atividade que surge para servir a sociedade, libertá-la de visões enviesadas e colocar o poder nas pessoas, ajudando na construção das suas consciências críticas, tantas vezes «seja percecionada, por sectores

qualificados da opinião pública, enquanto potencial ameaça aos Direitos da Pessoa»
(Mesquita, 1995:110).

I. Enquadramento teórico e conceitos

1. O Princípio de Presunção de Inocência

1.1 Definição

O princípio processual da presunção de inocência é um direito constitucional e garante que qualquer arguido num processo penal deve ser considerado inocente até a sentença do seu processo transitar em julgado. O princípio representa a igualdade e liberdade preconizadas pela Revolução Francesa, cimentando os alicerces de qualquer Estado de Direito. A ideia-base a partir da qual este princípio se constrói é a de que «o processo deve assegurar todas as necessárias garantias práticas de defesa do inocente e não há razão para não considerar inocente quem não foi ainda solene e publicamente julgado culpado por sentença transitada» (Silva, 2013:51).

1.2 Evolução histórica

A Presunção de Inocência remonta ao Império Romano, onde já se defendia «semper in dubiis benigniora praeferenda sunt»¹ e «in poenalibus causis benignius interpretandum est»². No entanto, considera-se que a sua consagração oficial se tenha dado apenas com a Revolução Francesa, mais precisamente em 1789. Nesse ano, o princípio ficou firmado na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, «que no seu art. 9.º refere expressamente que todo o homem é considerado inocente até que seja declarada a sua culpa, não devendo ser utilizada a detenção para além do estritamente necessário a assegurar a sua presença perante a Justiça» (Pina, 2015:4).

A partir de 1789, os arguidos deixam de ter de provar a sua inocência para passar a provar a não culpabilidade. Pela primeira vez, há uma tutela do indivíduo em detrimento do Estado. Assistimos, assim, à substituição da presunção de culpa, aplicada até então aos processos penais, pela presunção de inocência, instrumento jurídico mais enquadrado com os ideais liberais da Revolução.

Já na primeira metade do século XX, a presunção de inocência teve uma expressão tímida numa Europa dominada por regimes fascistas e militares, fortalecidos por uma polícia de Estado altamente controladora. Só em 1948 «o princípio passaria a ser reconhecido pela sociedade internacional através da sua consagração na Declaração

¹ Em caso de dúvida, é sempre preferível a solução mais benigna.

² Em casos penais, deve-se adotar a interpretação mais liberal.

Universal dos Direitos do Homem (art. 11º)» (Silva, 2013:51). Em 1950 e em 1976, a presunção de inocência passou ainda a figurar na Convenção Europeia dos Direitos do Homem (art. 6º) e no Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (art. 14º, §2º), bem como na Constituição da República Portuguesa, «vigorando até aos dias de hoje, como um dos mais relevantes institutos de defesa da posição do arguido, em processo penal» (Oliveira, 2012: 7).

Atualmente, no sistema de Direito Continental, a presunção de inocência é indissociável do modo como os arguidos são tratados ao longo de todo o processo penal, e não apenas em sede de julgamento. O princípio tutela diversos direitos do arguido que convergem para a construção de uma defesa sólida e justa.

Considera-se que «todas as autoridades e agentes de autoridade são sujeitos ao dever de reserva sobre a culpabilidade dos sujeitos/arguidos, não devendo fazer declarações públicas sobre o objeto dos processos e pessoas em investigação a fim de evitar que as suas declarações possam criar no público a convicção de culpabilidade dos investigados» (Silva, 2013:54). Tal afigura-se de suma importância para o modo como, durante o desenrolar do julgamento, os arguidos devem ser tratados pelos jornalistas, bem como para a relação advogado-jornalista, que não deve corresponder à de fonte-jornalista.

1.3 Manifesto Democrático sob a forma de conceito jurídico

Criticado pelos positivistas italianos Ferri e Garofalo, motivados pela ideia de um combate eficiente ao crime (Souto Moura, 1990: 31), no qual o direito a presumir a inocência de um arguido dependia da escolha pessoal do legislador, segundo considerasse o arguido mais ou menos perigoso, o princípio foi posto em causa também por Bettiol e Manzini. Os autores consideram-no impraticável, na medida em que «o não estar certo da culpa duma pessoa indiciada significa necessariamente duvidar da sua inocência» (Souto Moura, 1990:32).³

Precisamente por assentar numa presunção, isto é, numa aceitação da validade de possíveis factos para julgar factos concretos, o princípio de presunção de inocência é um conceito complexo que desde sempre alimentou um debate aceso sobre a sua possibilidade de concretização pragmática, efetiva e verdadeira. Estamos perante um instrumento jurídico que tem objetivos práticos no processo penal, mas levanta diversas

³ Bettiol e Manzini defendem uma formulação negativa do princípio, tal como se encontra na Constituição da República Italiana: «o arguido não é considerado culpado antes da sentença definitiva de condenação» (Souto Moura, 1990:32).

questões a nível ético ou, pelo menos, de consciência. O desfasamento pessoa-legislador requerido pelo princípio da presunção de inocência é extremamente exigente por diversas razões.

José Souto Moura começa por deixar claro o conflito entre o que é o princípio, em termos pragmáticos, e a dúvida inerente à sua essência. O «critério normativo direto, uma garantia constitucional do processo penal, aplicável sem mais à realidade processual [...] por muitas razões concretas de ordem pragmática» (Souto Moura, 1990: 32), acaba por ser incompatível com a «dúvida sobre se o arguido cometeu ou não o crime [...] imprestável na prática, para orientar o concreto tratamento processual a dar ao arguido» (Souto Moura, 1990: 32).

Germano Marques da Silva corrobora esta ideia e afirma que mais do que uma *presunção* no verdadeiro e literal sentido do termo, «o princípio da presunção de inocência é sobretudo uma regra política de organização do processo em conformidade com o ideal democrático de respeito pela dignidade das pessoas» (Silva, 2013:320).

Para Souto Moura (1990:36), apesar da presunção de inocência «ter razão de ser, num Estado de Direito que renda homenagem ao primado da Liberdade», o conceito de *presunção* não passa de «uma manifestação do raciocínio indutivo assente na ideia de probabilidade»⁴. O autor arrisca mesmo argumentar contra o termo *presunção*, substituindo-o por «fingimento» de inocência, já que *presunção* criaria um conflito no legislador e uma obrigação moral impossível, a qual parece poder ser resolvida apenas através de um «fingimento» forçado pela presunção legislada. É que, «quanto mais o processo avança, mais provável é a hipótese de condenação, e assim maior convencimento da culpa» (Souto Moura, 1990:33).

Relativamente a este ponto, é importante reforçar o carácter político do princípio e o que este representa num Estado de Direito. O tratamento respeitoso do arguido revela acima de tudo o valor da pessoa humana numa sociedade democrática e «um ato de fé no valor ético da pessoa, próprio de toda a sociedade livre» (Castanheira Neves, 1967:26). Podemos afirmar que o desrespeito do arguido e da sua presumida inocência extrapola o

⁴ «A partir dum facto conhecido (“A” é arguido no processo “X”) aceito um facto desconhecido (como não há sentença transitada, “A” é inocente) sem necessidade de verificação ou prova direta do facto presumido (no caso, a inocência)» (Souto Moura, 1990: 33). Qual o elemento que nos permite discorrer este raciocínio? A nossa experiência. A experiência, no entanto, surge, segundo Souto Moura, contra o próprio princípio, porque, se nos guiarmos por ela, constatamos que «a partir da constituição de arguido e sobretudo a partir da acusação, a probabilidade de absolvição por se ter provado a inocência é bastante menor do que a condenação por se ter provado a culpa» (Souto Moura, 1990: 33).

indivíduo em si e comporta um desrespeito dos princípios fundamentais da própria Democracia.

É certamente um risco, mas, de acordo com Cavaleiro Ferreira, «deve aceitar-se o risco de absolvição do culpado e nunca o da condenação de um inocente» (Ferreira, 1956:311). Também Germano Marques da Silva condena as teorias que criticam a importância dada à presunção de inocência, catalogando tal atitude como um processo de intimidação, um modo subversivo e antidemocrático de combater o crescimento do crime. Defende que «é de todo inaceitável a condenação sem a certeza moral da sua culpabilidade a redimir; é inaceitável que, numa sociedade em que o valor primeiro é a pessoa humana, a condenação penal não tenha por fundamento a certeza da culpa do condenado e possa servir como simples instrumento de intimidação» (Silva, 2013:53).

Ainda assim, o «fingimento» de que fala Souto Moura, aleado à dúvida em que o arguido se encontra mergulhado, por determinação legal, até a sentença transitar em culpado, é gerador de questões éticas. Torna-se por isso essencial conhecer e delinear o alcance concreto do princípio de presunção de inocência *in dubio pro reo*.

1.4 Direitos do arguido em processo de julgamento

Existem uma série de regras, códigos e leis que regulam o enquadramento jurídico dos direitos e deveres de um arguido antes do processo transitar em julgado. Estas normas verificam-se, no entanto, no âmbito do tribunal e do processo em si; cumpre agora aprofundar os direitos do arguido que se enquadram fora do processo penal.

Ainda que, para efeitos legais e jurídicos, até a sentença transitar, o arguido seja um cidadão livre e pleno nos seus direitos⁵, toda e qualquer discriminação por parte dos cidadãos livres que convivam com o arguido em contextos fora da legislação do âmbito do processo penal não é legalmente punível: «a segregação social, a alteração dos comportamentos de convivência, a censura ou reprovação moral, tudo isso pode ter lugar sem que o princípio deva interferir» (Souto Moura, 1990:33).

1.5 Questões levantadas pelo direito à informação, de informar e de ser informado

⁵ «Direito a um tratamento em tudo igual a quem não tem qualquer processo crime. [...] não pode ser discriminado ou sofrer tratamento de desfavor comparativamente ao não arguido [...] na relação laboral, no desempenho de funções de Administração Pública como atividades de fomento ou serviço público, e obviamente no manterem-se intocados os direitos fundamentais do arguido ou acusado não afetados pelo processo. É sobretudo o direito à imagem e ao bom nome» (Souto Moura, 1990:33).

Nesta dissertação procuraremos perceber de que forma o respeito pela presunção de inocência, nos media, contribui para a democracia, terreno essencial à vida do jornalismo. O objetivo é analisar o modo como o abuso da liberdade de expressão e do direito à informação transforma uma notícia num julgamento em praça pública e que regras e limites asseguram que a liberdade de imprensa é utilizada para «servir o interesse público com informação que seja justa (“fair”) e significativa.» (Traquina, 2002:118).

Refletiremos também sobre a mercantilização das notícias e a exploração do público que as consome. Neste sentido, Nelson Traquina afirma: «o ponto principal é que as pessoas precisam de notícias. O ponto principal é que as pessoas têm querido certos tipos de notícias. O ponto principal é que o jornalismo também tem sido sempre um negócio» (Traquina, 2002:120). A partir da inquietação de Traquina, tentaremos perceber de que forma as empresas de comunicação social promovem uma realidade onde a notícia é um produto antes de ser um serviço público, a fim de investigar que ferramentas têm os jornalistas ao seu dispor para combater a «tensão latente que explodiu frequentemente no passado entre o jornalismo como negócio e o jornalismo como serviço público» (Traquina, 2002:120).

Como se gere esta tensão no dia-a-dia, de forma a servir sempre melhor o público? Será que, como afirma Mário Mesquita, «muitos jornalistas [...] concluíram que mais valia assumir realisticamente o contrato com a empresa mediática e esquecer as longínquas obrigações perante a sociedade» (Mesquita, 2003:269)?

A resposta a estas perguntas, no âmbito da presunção de inocência, passa pela reflexão sobre a capacidade de o jornalismo mediar a opinião pública, de forma a não transmitir informação desnecessária, perder credibilidade e deixar de cumprir a sua função de curador de informação (perdendo a sua utilidade). É, portanto, uma reflexão sobre de que modo podemos assegurar que o jornalismo tutela os cidadãos a nível de curadoria de informação, de forma consciente, justa e útil.

Tendo em conta os objetivos que nos propomos, a questão que colocamos é: ao jornalista é exigido um comportamento diferente da restante sociedade? Legalmente, enquanto cidadão, não, mas ética e moralmente, nas vestes de um profissional que se deve reger por um código deontológico⁶, sim. No entanto, podemos afirmar também que nos

⁶ O Código Deontológico do Jornalismo Português determina, no seu artigo 8º, que «o jornalista deve salvaguardar a presunção de inocência dos arguidos até a sentença transitar em julgado».

encontramos entre dois direitos constitucionais igualmente importantes: por um lado, o direito à «presunção de inocência que postula o direito do seu titular ser tratado com discricção, e do outro, a liberdade de expressão e informação do jornalista que satisfaz o direito do público ser informado» (Silva, 2013:54).

O modo como estes direitos conflituantes convivem não é absoluto. Interessa-nos perceber de que forma, dando primazia a um deles, se afeta o menos possível o conteúdo essencial do outro. Como defende Vieira de Andrade (*apud* Araújo, 2010:66) é necessário que «o sacrifício de cada um dos valores constitucionais seja adequado e necessário à salvaguarda dos outros», resolvendo o conflito de forma a «comprimir o menos possível cada um dos valores em causa segundo o seu peso na situação» (*idem*). Relativamente a esta dinâmica, interessa-nos perceber que ferramentas deontológicas e legais os jornalistas têm à sua disposição para os ajudar na resolução do conflito. E, sobretudo, se as estão a usar para construir um jornalismo que serve a Democracia.

2. A Presunção de Inocência e o Jornalismo

2.1 A mediação da opinião pública

A liberdade de expressão é uma das premissas básicas da democracia, da mesma forma que é o direito de um suspeito ser considerado inocente até prova em contrário. Atualmente, os processos penais chegam ao público com maior detalhe através da narrativa dos media. A estes cabe a difícil tarefa de servir de ponte entre uma realidade legal e a opinião pública, relatando os que se passa nos tribunais sem formular juízos de valor.

Relativamente ao relato que os media fazem dos processos penais, Fernando Martins (2006:166) afirma que «as ações mais repulsivas são, muitas vezes, as mais sujeitas aos excessos que, frequentemente, arrastam para o erro». Também Sara Pina (*apud* Martins, 2013:41) alerta para o poder punitivo não escrutinado dos media, «perante audiências mobilizadas por acusações, ou pela mera suspeita da prática de crimes que, em obediência à lógica do *market model* (*it bleeds, it leads*) são geralmente horrendos e intoleráveis e em que a vítima é geralmente indefesa e o culpado, ou suspeito, odioso».

A capacidade empática, seja do jornalista, seja do público, que confere significação à mensagem mediática, acaba assim, inevitavelmente e na maioria das vezes, projetada nas vítimas de atos hediondos, «fechando as portas a toda a procura de defesa

ou compreensão do lado do acusado, que a opinião pública tantas vezes condena antes, ou ao arrepio dos tribunais» (Martins, 2006:166).

É precisamente a opinião pública, e o papel que desempenha na sociedade, que confere à presunção de inocência, conceito aparentemente claro na Constituição da República Portuguesa, uma dualidade ético-moral, no mínimo, complicada. Enquanto alvo da comunicação jornalística, a opinião pública é indissociável da mesma. O jornalista trabalha para e a pensar nela, no modo como lhe transmitirá a verdade dos factos, ciente de que, dotada de consciência própria, retirará as suas conclusões e formulará raciocínios nem sempre corretos.

Acontece muitas vezes em processos penais o veredito dos tribunais não ser «coincidente com o do julgamento paralelo a cargo da opinião pública. E esse, muitas vezes, resulta na humilhação que não há sentença judicial favorável que consiga apagar» (Martins, 2006:169).

Cabe ao jornalista a função de mediar a realidade e a opinião pública, é seu dever não se limitar a ser um «gravador irresponsável, sem o senso e a formação necessários para filtrar aquilo que recolhe de acordo com as regras da profissão e do país» (Martins, 2006:165). Se o jornalista se limitar a ser o amplificador de uma realidade existente, não informa, exacerba contextos. Estes contextos devem de ser interpretados por quem de direito (jornalista), formado para perceber o tipo de filtragem necessário à (re)construção dos acontecimentos, de modo a levar os leitores aos acontecimentos e não vice-versa. Mas se ao jornalista cabe a interpretação da realidade e a construção de um ponto de vista para a comunicação da verdade, aos tribunais cabe o julgamento das personagens, algo que o jornalista não pode esquecer, sob pena de exportar «um mecanismo próprio do sistema jurídico para o território impróprio do debate mediático» (Tavares, 2018).

É fundamental ter presente que «a relação privilegiada do campo dos media com a opinião pública confere a este campo uma dimensão ético-moral prioritária e uma posição nuclear no mundo de hoje» (Esteves, 1998:187). Na sua consciência e faculdade de «julgar», deve estar presente o elemento que os separa das suas audiências. Esse elemento diferenciador consiste na vinculação a um código deontológico que condena a violação da presunção de inocência e, conseqüente e logicamente, os chamados «julgamentos em praça pública».

Assistimos a coberturas jornalísticas de processos criminais nas quais, pela sofreguidão em publicar a notícia, o rigor do conteúdo sai prejudicado, às custas da honra dos acusados. Nestes casos, a missão de informar é suplantada pela intenção de julgar, confundindo-se o papel dos jornalistas aos olhos da opinião pública. «O maior dos danos causados é a presunção de culpa a que o público é conduzido, colidindo abertamente com o princípio da presunção de inocência, basilar num Estado de Direito como na Deontologia jornalística» (Martins, 2013:40).

A gravidade deste facto, como defende Cláudia Araújo, é acentuada por uma presença cada vez maior de casos relacionados com a justiça na agenda dos media. Segundo a autora, «o crime “vende”. Os temas relacionados com a justiça enquadram-se, assim, nos critérios de noticiabilidade, despertando um grande interesse na comunicação social» (Araújo, 2010:31), pois vão ao encontro dos critérios daquilo que o público quer ver. A perspectiva de Araújo é corroborada por Bruno Paixão ao citar Thompson, afirmando que «uma das características associadas ao escândalo reside na necessidade de as pessoas se sentirem escandalizadas, condenando as ações ou acontecimentos e expressando a sua desaprovação» (Paixão, 2015:124).

Deve-se, por isso, procurar um equilíbrio entre aquilo que se reporta e o modo como se reporta, para evitar que os processos criminais se transformem em circos mediáticos, sobretudo se envolverem figuras públicas muito conhecidas. O jornalista não pode também esquecer que a forma como o escândalo é percecionado pela opinião pública encontra-se, em grande parte, no poder dos media. Como aponta Bruno Paixão, «os cidadãos, quando não dominam a informação, tendem a adotar as interpretações dos jornalistas» (Paixão, 2015:125). Por outro lado, como aponta Denis McQuail, num artigo escrito para o *Journal of the European Institute for Communication and Culture*, não há consenso quanto ao «content and value of any particular 'responsibility to society' since there is little agreement on what the public interest might consist of or on how it is to be recognized» (McQuail, 2003:14).

O interesse em processos criminais por parte das audiências e dos media não é novo. No entanto, o espaço que ocupam na agenda mediática tem aumentado exponencialmente desde os anos 80 do século XX. Somos, portanto, levados a refletir sobre a responsabilidade depositada nos ombros dos jornalistas quando lhes é pedido que traduzam, numa linguagem acessível a todos, processos até então reservados a uma audiência restrita de entendidos. Esta tradução deve revestir-se de uma enorme

ponderação, tanto ao nível dos termos usados como da estrutura narrativa adotada, uma vez que se destina a um público heterogéneo e, muito provavelmente, sem contexto ou entendimento profundo da matéria.

O diálogo constante entre os direitos e deveres dos media e da Justiça é, por esta razão, muito importante. Sendo a Justiça e a Liberdade de Expressão dois pilares essenciais de um Estado de Direito, o diálogo tem necessariamente de existir para assegurar a estabilidade desse mesmo Estado.

A propósito dos esforços conjuntos que Justiça e Media devem fazer para facilitar o escrutínio público, Cláudia Araújo destaca um estudo de João Luís Rocha que revela que «as opiniões dos profissionais de justiça sobre o papel dos media na facilitação deste escrutínio não é, no entanto, positiva» (Araújo, 2010:35). Os magistrados acusam a comunicação social de construir «uma realidade diferente da jurídica, há falta de formação jurídica dos jornalistas e há falta de informação dos tribunais para com a comunicação social» (Araújo, 2010: 35).

A questão dos diferentes tempos de ação do Sistema Jurídico e da Comunicação Social é um ponto de colisão entre as duas esferas, que pode levar a construção da suprarreferida «realidade diferente da jurídica». Tanto Sara Araújo como Bruno Paixão alertam para uma predileção pelo «direto», bem como para o desenvolvimento de novas tecnologias que contribuem para a espetacularização da informação.

De facto, atualmente, a urgência em dar uma notícia prende-se, por um lado, com a rapidez com que é possível fazê-lo (o que leva a uma corrida dos vários órgãos de comunicação para serem os primeiros a dar novas informações); por outro lado, essa mesma urgência está relacionada com a existência de uma opinião pública participativa. Com a introdução de novas tecnologias, a facilidade com que qualquer um filma, grava ou relata algo que viu e o põe a circular é espantosa. O jornalismo encontra-se perante um desafio nunca antes enfrentado que se prende com uma opinião pública que, por vezes, chega à notícia antes do jornalista, por meio das redes sociais ou de vídeos amadores a circular em rede⁷.

⁷ O envolvimento do público na produção noticiosa deu origem ao chamado “Jornalismo Participativo” ou “Jornalismo do Cidadão”, do qual Dan Gillmor é um importante teórico. Como frisa Paulo Jorge Martins, «é um fenómeno que tem vindo a ganhar força desde os atentados de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos. Os primeiros registos áudio e vídeo do tsunami na Sudoeste Asiático, em dezembro de 2004, foram disponibilizados por turistas, assim usados como fonte primária. O Twitter constituiu o meio de difusão das primeiras imagens do sismo no Haiti, em janeiro de 2010» (Martins, 2013:91).

Se o novo ritmo instiga a uma maior velocidade de divulgação, também deve ser um catalisador para a consciencialização da função informativa da profissão. Através do tumulto noticioso, percebemos que a informação nunca foi tão importante e que o carácter diferenciador das notícias prende-se com a revelação do facto real mas igualmente dos factos relevantes para a construção de uma narrativa maior, que é a verdade.

O público não pode ser obrigado a seguir as mesmas regras rígidas que o jornalista segue nem pode ver a sua liberdade de expressão diminuída porque a liberdade de informação do jornalista foi aumentada. Parece-nos eticamente questionável que a liberdade de expressão do público seja dramaticamente afetada porque um jornalista desejou aumentar a sua liberdade para revelar factos ou traçar conjecturas. Um exercício de comunicação pouco ponderado, sujeito a pressões, ao mercado e a influências não pode ser mascarado sob a chancela da liberdade de informação. O público acaba por receber extra ou contra informação e tem de finalizar o trabalho de curadoria jornalística não acabado por quem deveria tê-lo feito. O público deve ser livre de julgar mediante as informações que lhe são passadas pelo órgão encarregado de as escolher e escrutinar sob a tutela de rigorosos critérios éticos e morais. No entanto, «certas investigações jornalísticas configuram-se, em determinadas circunstâncias, como uma espécie de pré-julgamentos de opinião pública que, em determinadas circunstâncias, podem sobrepor-se, reduzir a eficácia ou influenciar julgamentos» (Mesquita, 2003: 118).

2.2 Os valores enquanto charneira da profissão

Percebemos que os critérios éticos e morais que guiam a escolha e o tom com que se dá uma notícia são fundamentais na legitimação da atividade jornalística e evitam a propagação de julgamentos paralelos. A ética é algo que procura definir o certo e o errado e ajuda a estabelecer convenções nas relações humanas e sociais. Nesta ótica, talvez uma ética jornalística possa ser entendida como um conjunto de convenções que dão ordem à linguagem usada e definem a própria profissão. Calos Camponez afirma que «constituíram-se num dos elementos privilegiados de reconhecimento de uma profissão que não conseguiu impor-se por outros critérios mais objetivos» (Camponez, 2011:29).

Quando pensamos na definição de profissão, pensamos numa formação académica, seguida de uma experiência profissional que consolida a prática dessa mesma profissão, mas isto não a define. Ou seja, como aponta Camponez, ao citar o *Dictionnaire des Professions*, «é-se engenheiro mesmo sem trabalho; é-se médico, advogado mesmo se não se tiver clientes» (Camponez, 2011:30).

Quanto ao jornalismo, pelo contrário, é precisamente a prática da atividade profissional que a torna real. Alguém formado em Comunicação Social pode ser menos jornalista do que uma pessoa com um curso de Direito, que exerça a profissão de jornalista. O que é então o jornalismo? Tanto Camponez como João Miranda partem das concepções sociológicas de Durkheimer e Weber para definir o conceito de uma profissão legitimada pelos seus valores éticos e morais e pelo cumprimento dos mesmos. Camponez reflete sobre o profissionalismo que «assume, em Durkheimer, a forma de uma comunidade moral, cuja especificidade assenta no exercício de uma profissão» (Camponez, 2011:31). Já Miranda (2018:78) debruça-se sobre a preocupação de Durkheimer em nunca separar a responsabilidade moral do indivíduo e da leitura que este faz da sociedade. Quanto à visão dos autores sobre o pensamento de Weber, Camponez dá destaque ao carácter vocacional que Weber atribui ao conceito de profissão, enquanto Miranda reflete sobre a responsabilidade social da profissão e a necessidade de responder perante as consequências que as ações realizadas no seu âmbito possam trazer.

Observando a viagem que Camponez faz à teorias sociológicas das profissões⁸, concluímos que tanto nos EUA como no Reino Unido, ou mesmo em França, houve, ao longo do século XX, uma enorme resistência a considerar o jornalismo uma profissão, admitindo que «entre ocupação e profissão, o jornalismo transformou o que parecia ser uma dificuldade de definição numa característica estruturante» (Camponez, 2011:35). É precisamente a incapacidade em se definir, ou a legitimação enquanto serviço prestado à comunidade, que define o jornalismo; por um lado, enquanto serviço prestado à comunidade, de interesse público e altruísta, por outro, enquanto serviço prestado através de uma empresa, que paga ao jornalista e que, como qualquer empresa, tem de ter lucro. Desta dualidade nasce a importância da fidelização a valores deontológicos e morais que legitimem a atividade do jornalista e o façam questionar, como frisa João Miranda, não «o que as audiências querem saber, mas também questionar o que a sociedade precisa de saber no sentido de agir e escolher de forma responsável» (Miranda, 2018:81).

Perante esta concepção de profissão, o jornalismo necessita da opinião pública para se definir como atividade sistematizada de mediação social e interesse público e cultural

⁸ Tal como aponta Camponez, «McLeod e Hawley, nos EUA, consideraram que o jornalismo é uma profissão em vias de constituição» (Camponez, 2011:32). Mais à frente, o autor mostra que «Jeremy Tunstall, na Grã-Bretanha, concluiu que o jornalismo deveria ser considerado uma semi-profissão» (*idem*:33) e que «David H. Weaver e G. Cleveland Wilhoit, num estudo realizado nos EUA, na década de 80, concluíram que “os jornalistas pertencem a uma profissão, mas não estão numa profissão”» (*idem*).

da transmissão da Verdade, bem como de limites e valores éticos e morais para que esta missão não seja defraudada.

2.3 Os limites da liberdade de expressão e informação

Constatámos, anteriormente, que o compromisso fundamental do jornalista é para com a Verdade, antes da presunção de inocência, que não pode surgir como um constrangimento à atividade jornalística nem à sua missão primordial de informar. Sem ceder a sensacionalismos ou a juízos precipitados, deve relatar as coisas como elas são, chamando-as pelo nome, tal como defende o antigo bastonário dos advogados António Marinho e Pinto (*apud* Coelho, 2005:15), ao afirmar que o jornalista está legal e deontologicamente vinculado ao dever de informar com rigor. Jamais poderá sacrificar o rigor da informação a uma qualquer presunção, muito menos se importada de outro sistema de valores. O rigor informativo impõe que o jornalista não faça presunções – nem de culpa, nem de inocência. Ele deve tratar as coisas como elas são na realidade, e se alguém é arguido num processo penal ou está a ser investigado, deve ser tratado pelo jornalista como aquilo que na realidade é – como arguido, como suspeito (da prática do crime *x*), como indiciado (pela prática do crime *y*) ou como pessoa que está a ser alvo de investigações por parte da Polícia ou do Ministério Público.

O raciocínio de Marinho e Pinto obriga-nos a levantar uma questão importante, que se prende com a liberdade de expressão e com a verdadeira missão do jornalismo enquanto Quarto Poder⁹. Pode a presunção de inocência desencadear dinâmicas de conivência promíscua entre os agentes políticos e os media?

Quando uma enunciação constitucional, aplicada a processos penais, é levada para a esfera pública e se pretende que seja usada da mesma forma que na esfera judicial, corremos o risco de perder o importante escrutínio público inerente ao jornalismo. O essencial é não ceder a sensacionalismos, nem a julgamentos em praça pública; ainda assim, o jornalista não se pode esquecer de que a sua missão é para com a Verdade e a informação, e que a sua profissão deve zelar para que o Estado e os Tribunais não abusem do seu poder e que determinados arguidos poderosos, sem qualquer dificuldade em aceder

⁹ «O termo foi forjado por um inglês em 1828, numa altura em que os primeiros teóricos de um novo sistema de governação chamado democracia argumentavam que os media noticiosos (nessa altura histórica apenas a imprensa) teriam um papel fundamental e dual: primeiro, ser um guardião dos cidadãos, protegendo-os do abuso de poder por governantes que até então apenas tinham mostrado a face da tirania. Segundo, ser simultaneamente um veículo de informação para equipar os cidadãos com ferramentas vitais ao exercício dos seus direitos, e uma voz dos cidadãos na expressão das suas preocupações, da sua ira, e, se preciso, da sua revolta.» (Traquina, 2002:119)

à esfera pública e comunicar as suas ideias, os seus pontos de vista, a sua verdade, não abusem da presunção de inocência. Discernir quando e quanto se deve mostrar, contar, revelar, a fim de se desempenhar a função de «guardião dos cidadãos» (Traquina, 2002:119), é uma tarefa árdua, mas necessária.

O perigo de o jornalismo se ir silenciando exageradamente sob o peso desta quase cortina de ferro da presunção de inocência, tantas vezes usada como escudo dos mais fortes, é o da criação de uma sociedade na qual o público se sente sem a liberdade para «deduzir, refletir, concluir, verbalizar o que entender, de acordo com a sua consciência e em face aos factos que conhece» (Tavares, 2018). Como defende Paulo Martins, «em nome da dignidade humana, a preservação da privacidade é de interesse público, mas não pode tornar-se obstáculo à revelação de factos com impacto na sociedade» (Martins, 2013: 52).

A liberdade de informação deve, portanto, ser entendida como o direito a ser informado, ao invés do direito de informar. Aos jornalistas cabe a tarefa de capacitar o público para que este, além da vontade de ser informado, esteja na posse dos factos que suscitem o desenvolvimento da sua opinião. O jornalista escreve palavras cuja significação se completa apenas quando estas são lidas pela audiência, que as transforma em motores de produção de opinião pública. Paulo Martins resume bem esta ideia quando afirma que «o conceito de liberdade de expressão contempla o direito de opinião, mas também os de procura, receção e difusão de ideias» (Martins, 2013:11). Na Lei de Imprensa podemos ainda ler: «A imprensa exerce a função social de permitir a expressão do pensamento, a divulgação de conhecimentos e a difusão de informações, tendo em conta o interesse coletivo» (art.º 10º, capítulo II do Decreto de Lei 150/72).

2.4 A Deontologia no Jornalismo

De modo a preservar a isenção de juízos de valor na veiculação da informação e salvaguardar a defesa da verdade e qualidade jornalísticas, é necessário regular a moral, dentro do campo de ação do jornalismo. Podemos afirmar que, graças à necessidade de respeitar as características intrínsecas do que é um Estado de Direito¹⁰, surge a necessidade da criação de um código deontológico que oriente uma profissão

¹⁰ Num Estado de Direito, os pressupostos da liberdade de expressão autorizam a formulação de juízos e críticas negativas e positivas relativamente a terceiras pessoas, dentro dos limites legais. Um jornalista, antes de o ser, aos olhos da lei é um cidadão livre, e por isso com a legitimidade de formular juízos sobre terceiros.

desempenhada por cidadãos livres desse mesmo Estado, mas revestidos de obrigações maiores, enquanto jornalistas.

Ainda que legalmente, e graças à liberdade de expressão e informação, a lei não possa limitar a atividade jornalística, o Código Deontológico do Jornalismo Português é claro ao afirmar que «o jornalista deve salvaguardar a presunção de inocência dos arguidos até a sentença transitar em julgado. [...] O jornalista deve proibir-se de humilhar as pessoas ou perturbar a sua dor» (Código Deontológico Jornalismo Português, artigo 8º). O mesmo documento consagra, no seu primeiro artigo, o rigor, a exatidão e a honestidade exigidos ao jornalista¹¹, bem como o combate à censura, ao sensacionalismo e à prática de acusações infundadas¹².

Estas regras têm como objetivo regular uma profissão que surge como um serviço público, antes de ser um negócio, e que não deve alimentar a avidez na procura da satisfação das necessidades dos jornalistas, sempre que esta possua o fim egoísta de se autorrealizarem. O jornalismo deve sim informar devidamente e proporcionar a cada indivíduo um total poder de decisão relativamente aos juízos que faz da sociedade e dos outros. Podemos afirmar que o jornalismo põe o poder nas mãos dos cidadãos: «people cannot decide autonomously if they are not adequately informed» (Cohen, 2004:268). Ora, se a liberdade veiculada pela imprensa se concretiza na possibilidade que é dada a cada um de julgar pela sua própria cabeça uma determinada situação a partir dos factos relatados pelos jornalistas, então a responsabilidade desse relato aumenta exponencialmente.

A liberdade de imprensa e informação não pode, portanto, ser confundida com a liberdade de empresa, que transforma as notícias em produtos e consequente as submete às leis do mercado. Como afirma Carlos Camponez: «a deontologia surge como uma forma de cartografar um terreno sinuoso e movediço, onde se jogam os interesses divergentes do público, dos clientes, das empresas e dos profissionais, para além de procurar responder às novas condições políticas, sociais, culturais e tecnológicas do exercício da profissão» (Camponez, 2011:66).

¹¹ «O jornalista deve relatar os factos com rigor e exatidão e interpretá-los com honestidade. Os factos devem ser comprovados, ouvindo as partes com interesses atendíveis no caso. A distinção entre notícia e opinião deve ficar bem clara aos olhos do público» (Código Deontológico Jornalismo Português, artigo 1º).

¹² «O jornalista deve combater a censura e o sensacionalismo e considerar a acusação sem provas e o plágio como graves faltas profissionais». (Código Deontológico Jornalismo Português, artigo 2º).

Podemos afirmar que o exercício sistematizado da Deontologia, aplicado ao jornalismo, é de vital importância, tanto na manutenção da credibilidade jornalística perante a sociedade, como na «autodefesa dos profissionais face às tentativas de interferência exterior» (Camponez, 2011:68).

2.5 Enquadramento da violação da presunção de inocência no Código Deontológico do Jornalismo

A violação da presunção de inocência, «falha», por vezes ignorada pelos próprios jornalistas, por estar relacionada com arguidos de um processo-crime percecionados como os «maus» da história, ou simplesmente culpados antes de serem judicialmente considerados como tal, viola o Código Deontológico da profissão. Esta violação representa não só um ataque, a partir do interior, à credibilidade da profissão, como um enfraquecimento da integridade que funciona como elemento agregador da classe.

Quando um dos intervenientes numa história jornalística é arguido num processo-crime, o jornalista tem a obrigação moral e deontológica de o descrever como inocente até prova em contrário. Este princípio fundamental do direito penal português, redigido em sede constitucional¹³, é salvaguardado de violações tanto pelo Código Deontológico do Jornalismo Português¹⁴ como pelo Estatuto do Jornalista¹⁵ e é revestido de grande importância também em códigos deontológicos de outros países.

2.6 A relevância da Presunção de Inocência no contexto do jornalismo internacional

A fim de perceber se o respeito pela presunção de inocência dos arguidos é relevante em realidades jornalísticas diferentes da portuguesa, decidimos analisar alguns códigos deontológicos de outros países. Escolhemos analisar o Código Deontológico do Jornalismo Espanhol, o Código Deontológico do Jornalismo Norte-Americano e o Código Deontológico do Jornalismo Canadiano. Importa sublinhar que a amostra escolhida espelha realidades culturais e geográficas diferentes: do jornalismo mais conservador na Europa, ao jornalismo liberal dos Estados Unidos, ou ao Canadá e à

¹³ «Todo o arguido se presume inocente até ao trânsito em julgado da sentença de condenação no mais curto prazo compatível com as garantias da defesa» (Constituição da República Portuguesa, art.32.º-2).

¹⁴ «O jornalista deve salvaguardar a presunção de inocência dos arguidos até a sentença transitar em julgado» (Código Deontológico do Jornalismo Português, artigo 8º).

¹⁵ «São ainda deveres do jornalista [...]c) Abster-se de formular acusações sem provas e respeitar a presunção de inocência; d) Abster-se de recolher declarações ou imagens que atinjam a dignidade das pessoas através da exploração da sua vulnerabilidade psicológica, emocional ou física» (Estatuto do Jornalista, art. 14º-2-c).

preocupação em torno do futuro do jornalismo, alvo de reflexão no Canadá. Através deste olhar além-fronteiras, procuramos perceber se a questão da presunção de inocência é um tema sensível noutros países e se também aí se encontra a necessidade de ser explicitamente referida e regulamentada dentro dos códigos deontológicos que regem a profissão.

2.6.1 Código Deontológico da Federación de Asociaciones de Periodistas de España (FAPE)¹⁶

Segundo os princípios gerais do Código Deontológico da FAPE:

- El periodista debe asumir el principio de que toda la persona es inocente mientras no se demuestre lo contrario y evitar al máximo las posibles consecuencias dañosas derivadas del cumplimiento de sus deberes informativos. Tales criterios son especialmente exigibles cuando la información verse sobre temas sometidos al conocimiento de los Tribunales de Justicia.
 - a) El periodista deberá evitar nombrar en sus informaciones a los familiares y amigos de personas acusadas o condenadas por un delito, salvo que su mención resulte necesaria para que la información sea completa u equitativa.
 - b) Se evitará nombrar a las víctimas de un delito, así como la publicación de material que pueda contribuir a su identificación, actuando con especial diligencia cuando se trate de delitos contra la libertad sexual.

2.6.2 Society of Professional Journalists Code of Ethics¹⁷

Na secção destinada a regulamentar os danos a terceiros, que possam advir da atividade jornalística, o Society of Professional Journalists Code of Ethics estipula que:

- Ethical journalism treats sources, subjects, colleagues and members of the public as human beings deserving of respect.
- Balance the public's need for information against potential harm or discomfort. Pursuit of the news is not a license for arrogance or undue intrusiveness.

¹⁶ A última versão do Código Deontológico da FAPE foi atualizada pela Asamblea Ordinaria da FAPE a 22 de abril de 2017, em Mérida (consultada a 16 de março de 2020 em fape.es/home/codigo-deontologico/)

¹⁷ A última versão do Society of Professional Journalists (SPJ) Code of Ethics foi revista na SPJ's National Convention a 6 de setembro de 2014, em Nashville no Tennessee (consultada a 16 de março de 2020 em spj.org/pdf/spj-code-of-ethic.pdf)

- Balance a suspect's right to a fair trial with the public's right to know. Consider the implications of identifying criminal suspects before they face legal charges.

2.6.3 The Canadian Association of Journalists Ethic Guidelines¹⁸

Na secção destinada a regulamentar o direito à privacidade, as Ethic Guidelines da Canadian Association of Journalists estipulam que:

- The public has a right to know about its institutions and the people who are elected or hired to serve its interests. People also have a right to privacy, and those accused of crimes have a right to a fair trial.
- However, there are inevitable conflicts between the right to privacy, and the rights of all citizens to be informed about matters of public interest. Each situation should be judged in light of common sense, humanity and relevance.
- We do not manipulate people who are thrust into the spotlight because they are victims of crime or are associated with a tragedy. Nor do we do voyeuristic stories about them. When we contact them, we are sensitive to their situations, and report only information in which the public has a legitimate interest.

O conceito de presunção de inocência, bem como a proibição da violação do mesmo, é transversal aos três códigos analisados. No caso espanhol, afirma-se taxativamente que um jornalista tem de considerar e tratar o arguido como inocente até o caso transitar em julgado, ao passo que, nos EUA e no Canadá, o critério é mais flexível e deixado à consideração do jornalista e do seu bom senso. Como explica Joaquim Fidalgo (Fidalgo, 2006:280), as diferenças culturais dos diversos países e a própria forma como, devido a elas, os jornalistas encaram a profissão, dá origem a diferenças na declinação de um hipotético e ideal código deontológico universal. O autor explica que «há um leque vasto de enunciados que, embora coincidam na invocação de algumas traves-mestras essenciais, deixam margem para múltiplas declinações» (*idem*).

Ainda assim, relativamente ao ponto da presunção de inocência, identificamos uma linha comum que transforma estes códigos em algo mais do que apenas regras. Como o próprio Fidalgo admite, «este “saber jornalístico” assim sistematizado – e em alguma medida disciplinadamente codificado – vai, pois, bastante além de um mero repositório

¹⁸ A última versão das Ethic Guidelines da The Canadian Association of Journalists (CAJ) foi publicada pelo CAJ Ethics Advisory Committee em junho de 2011 (consultada a 16 de março de 2020 em caj.ca/images/downloads/Ethics/ethics_guidelines.pdf)

de procedimentos e técnicas, convocando também (ou sobretudo) certos comportamentos e atitudes, certa postura ética» (Fidalgo, 2006:240). Há, portanto, uma necessidade comum de regular a profissão de acordo com os mesmos valores base, independentemente de esta existir em contextos sociais, políticos e económicos muito diferentes.

Esta base comum, percecionada nos códigos analisados, mostra como «as questões éticas e deontológicas, presentes desde sempre no percurso dos jornalistas a caminho de uma efetiva profissionalização, ganharam extrema acuidade na segunda metade do século XX» (Fidalgo, 2006:159), conferindo ao próprio jornalismo um carácter mais consolidado, enquanto atividade profissional.

Comum aos três códigos é o apelo à humanidade e à não exploração da vida pessoal dos acusados de crimes. De forma mais ou menos incisiva é notória, nos três casos, a preocupação em alertar os jornalistas para o dever de não explorarem a privacidade dos suspeitos de um crime, ao relatarem os factos. Algo que, de resto, se verifica igualmente no Código Deontológico do Jornalismo Português.

Respeitar a dignidade humana de quem possa ter cometido crimes contra a dignidade de outrem pode representar um desafio. A dificuldade parece-nos ser reconhecida e considerada importante nas várias realidades jornalísticas analisadas. É uma questão importante para o jornalismo, tanto em Portugal como noutros países. O que levará então profissionais com a missão de informar conscienciosamente a ignorar este princípio?

Cada vez mais as pessoas carecem de visões individuais e fundamentadas sobre o mundo que as rodeia, o que leva a que construam a sua visão da realidade através dos olhos dos media. Se estes começam a expressar juízos de valor nas notícias, condicionam a opinião pública num sentido preciso e deliberado e contribuem para a desinformação das audiências. Esta situação reveste-se de uma importância extrema, na medida em que os jornalistas deveriam contribuir para que a sociedade se habituasse a pensar cada vez mais, plasmando sempre menos as suas visões individuais às de terceiros.

Por que razão haverá este desrespeito do código deontológico da profissão? Mário Mesquita afirma, que «muitos jornalistas [...] concluíram que mais valia assumir realisticamente o contrato com a empresa mediática e esquecer as longínquas obrigações perante a sociedade» (Mesquita, 2003:269). Quando a influência dos media é usada como poder punitivo, sem escrutínio, há um fomentar antidemocrático da desinformação. A

falta de critério e escrutínio dos factos, a pressão da redação e a necessidade de faturar, levam alguns jornalistas a esquecer o compromisso que têm para com a sociedade e a democracia, num exercício profissional que não deveria nunca «ignorar o impacto causado na esfera individual, suscetível de violar direitos de proteção» (Martins, 2013:10).

Na maior parte dos casos, a vítima passará inevitável e precipitadamente a ser considerada «boa», enquanto o possível agressor será rotulado de «hediondo» e «malvado», anulando-se por completo a ideia de outro e desenvolvendo-se uma atividade jornalística na qual «imperava uma lógica de concorrência e de submissão às leis do mercado que nem sempre é compaginável – e muitas vezes colide – com a responsabilidade social do Jornalismo» (Martins, 2013:42).

2.7 A Ética – o «outro» no jornalismo

O conceito de *outro* surge assim como objeto definidor de uma fronteira de moralidade importante. Quando falamos de narrativa jornalística, este conceito é abordado por vários autores. Geralmente, quando uma pessoa se expressa, fá-lo em relação a alguém. É inevitável concordar com Carla Baptista quando afirma que o jornalismo é mesmo a antítese do texto absoluto ou do texto sem referência (Baptista, 2003: 103). O texto jornalístico refere-se sempre a alguém real, do Mundo prático, que pode mesmo vir a ter contacto com as afirmações – verdadeiras ou falsas – que visam a sua pessoa. Como afirma Nelson Traquina: «as notícias são um produto centrado no referente, onde a invenção e a mentira são violações das mais elementares regras jornalísticas. Assim, o referente, ou seja, a “realidade”, não pode deixar de ser determinante no conteúdo noticioso» (Traquina, 2002 :77).

A dignidade humana deve estar acima de qualquer outra coisa e não podemos correr o risco, nem enquanto leitores, nem enquanto jornalistas, de ver as personagens da narrativa jornalística como «alguém para ser visto, não alguém (como nós) que também vê» (Sontag, 2015:73).

Dissemos anteriormente que o jornalismo deve informar os cidadãos para que estes possam exercer a sua liberdade de julgar o mundo em que vivem com base na maior quantidade possível de factos. Dissemos também que estes cidadãos deveriam confiar no

news judgement (Tuchman, 1999:85)¹⁹ dos jornalistas, resultante de um senso comum aliado à experiência profissional. Não esqueçamos, porém, que também os jornalistas não podem ignorar o objeto das suas histórias: as pessoas, que além de serem vistas também veem e, mais importante, também leem.

A liberdade de expressão e a liberdade de informação não podem sobrepor-se ao meta-conceito de Liberdade, nem diminuir a liberdade do «outro» em jornalismo, mas devem ser entendidas como «um direito básico para proporcionar o conhecimento da realidade envolvente, o escrutínio dos poderes públicos e a participação cívica aos mais diversos níveis» (Fidalgo, 2006: 420).

Ou seja, no chamado *bom jornalismo*, aquele que, cumprindo o código deontológico e as leis, consegue narrar histórias relevantes para os seus leitores, sente-se uma certa homogeneidade na maneira de tratar os acontecimentos e os sujeitos. Esta homogeneidade é fruto da existência de «uma cultura, uma linguagem e uma identidade jornalística que convergem para a adoção de um determinado filtro ou maneira de ver e contar a realidade» (Baptista, 2003: 104).

O jornalista não deve prosseguir num caminho com o objetivo de salvar o Mundo, nem com nenhum outro objetivo meramente pessoal, que não seja aquele de informar: «A missão geral da imprensa consiste em informar o cidadão para que este possa formar a sua opinião» (Baptista, 2003:107).

Ainda que o compromisso para com a Verdade seja o ponto nevrálgico da atividade jornalística, os media têm vindo, indiscutivelmente, a ganhar um poder cada vez maior para moldar a opinião pública. No caso específico da presunção de inocência, este poder reveste-se de enorme importância, já que pode despoletar uma convicção coletiva da culpa de um possível (mas não efetivo) culpado. Isto é, «os media, sobretudo se considerados no seu conjunto, tornam-se capazes de construir a realidade, de confrontar a definição dos valores coletivos e de produzir lesões profundas nos direitos das outras pessoas, principalmente na sua honra e na sua privacidade» (Andrade,

¹⁹ Gaye Tuchman defende a existência do conceito de *news judgement* (Tuchman, 1999:85), o qual funciona como uma espécie de «conhecimento sagrado, a capacidade secreta do jornalista que o diferencia das outras pessoas». Esta capacidade é essencial segundo a autora, uma vez que é preciso admiti-la para se poder afirmar que «os leitores devem confiar e aceitar a informação do repórter de acordo com a avaliação das suas qualidades e pontos de vista revelados no seu trabalho geral em análises anteriores» (Tuchman, 1999:84).

1995:73). Este poder acarreta responsabilidades, bem como a necessidade de redefinir o equilíbrio entre os Direitos da Pessoa e a liberdade de imprensa.

A nível legal, tanto o Código Civil como o Código Penal refletem esta procura de equilíbrio entre direitos fundamentais. Enquanto a lei civil tutela os indivíduos (alvo da comunicação social), salvaguardando o seu direito à imagem²⁰ e o direito à reserva sobre a intimidade da vida privada²¹, o código penal «pune especificamente os crimes de abuso de liberdade de Imprensa, limitando a liberdade de expressão pela salvaguarda dos Direitos Pessoais, que constituem bens criminalmente protegidos» (Andrade, 1995:84). Ambos os códigos, no entanto, asseguram a existência de um espaço de ação para as atuações corretas da Comunicação Social²².

Do ponto de vista penal, a revelação de factos, por parte dos media, que possam manchar a reputação de alguém, não é condenável caso estes factos se revelem verdadeiros e, simultaneamente de interesse público²³. O mesmo não se verifica quando estes factos dizem respeito à vida pessoal ou familiar do visado, prevalecendo os Direitos da Pessoa em detrimento do direito à informação.

Concluimos que a gestão do equilíbrio entre limites da comunicação e limites da dignidade humana é extremamente complexa. Exatamente por esta razão, é fundamental que a noção de outro não seja nunca esquecida, como acontece muitas vezes em «casos de abuso (ou mau uso) de poder dos jornalistas, atropelos aos direitos e liberdades dos outros, seja os definidos pelos direitos da personalidade (imagem, privacidade, bom nome), seja os consagrados em termos de código penal (difamação, calúnia e outros)» (Baptista, 2003:107).

²⁰ «1. O retrato de uma pessoa não pode ser exposto, reproduzido ou lançado no comércio sem o consentimento dela; depois da morte da pessoa retratada, a autorização compete às pessoas designadas no n.º 2 do artigo 71.º, segundo a ordem nele indicada. 3. O retrato não pode, porém, ser reproduzido, exposto ou lançado no comércio, se do facto resultar prejuízo para a honra, reputação ou simples decoro da pessoa retratada.» (Código Civil, artigo 79º)

²¹ «1. Todos devem guardar reserva quanto à intimidade da vida privada de outrem.» (Código Civil, artigo 80º).

²² Por exemplo, no artigo 79º do Código Civil, além dos pontos referidos na nota de rodapé 11, está ainda salvaguardado que «não é necessário o consentimento da pessoa retratada quando assim o justifiquem a sua notoriedade, o cargo que desempenhe, exigências de polícia ou de justiça, finalidades científicas, didáticas ou culturais, ou quando a reprodução da imagem vier enquadrada na de lugares públicos, ou na de factos de interesse público ou que hajam decorrido publicamente» (Código Civil, artigo 79º).

²³ «1 - Quem, dirigindo-se a terceiro, imputar a outra pessoa, mesmo sob a forma de suspeita, um facto, ou formular sobre ela um juízo, ofensivos da sua honra ou consideração, ou reproduzir uma tal imputação ou juízo, é punido com pena de prisão até 6 meses ou com pena de multa até 240 dias. 2 - A conduta não é punível quando: a) A imputação for feita para realizar interesses legítimos; e b) O agente provar a verdade da mesma imputação ou tiver tido fundamento sério para, em boa fé, a reputar verdadeira.» (Código Penal, artigo 180º)

Se a informação for feita de forma conscienciosa, respeitando os limites da liberdade de expressão e de informação, os jornalistas cumprirão a sua função (de informar), deixando às instituições competentes a de julgar.

O próprio jornalista não pode esquecer que ele mesmo é o outro de alguém, nomeadamente dos seus leitores, que julgam o seu trabalho constantemente. O profissional da comunicação não deveria ignorar que a sua atividade se faz em ambos os sentidos e que, inevitavelmente, será avaliado por quem o lê. Para desempenhar o seu papel de consciência tranquila, o jornalista deve responder perante o seu trabalho, estar seguro sobre aquilo que escreveu: deve ser *accountable*.

3. A autorregulação no jornalismo

A regulação da atividade jornalística é uma ferramenta muito importante, pois assegura a qualidade de um trabalho que é também um serviço público. No processo comunicacional existem dois atores alvos desta regulação: o emissor e o recetor. Através de regras, códigos e leis assegura-se, não só a qualidade da mensagem e o correto desempenho dos comunicadores, como o respeito, por parte dos recetores, da liberdade de informação e de expressão dos primeiros. Podemos afirmar que a liberdade é a base da regulação jornalística, na medida em que pede sempre responsabilidade.

A regulação pode ser externa, imposta pela lei, ou resultar de reflexões e necessidades internas da comunidade de jornalistas. No primeiro caso, temos «um conjunto de sanções legais e meios de fiscalização adotados em sede de poder público para enquadrar, reger e sancionar o funcionamento de uma dada atividade» (Fidalgo, 2006, 438); no segundo caso, estamos perante um conceito de autorregulação, alternativo ao Estado, que pressupõe um jornalismo responsabilizável, para além de responsável.

A hetero-regulação, em Portugal, materializa-se através da Lei de Imprensa, do Estatuto do Jornalista e da atividade de órgãos como a Entidade Reguladora da Comunicação Social e a Comissão da Carteira Profissional de Jornalistas. Já a autorregulação encontra-se no Código Deontológico do Jornalismo, no Conselho de Redação, no Provedor do leitor, espectador ou ouvinte e no Estatuto Editorial, Livro de Estilo ou Código de Conduta de jornais, revistas, televisões e rádios.

A autorregulação assume proporções importantes na atividade jornalística, uma vez que, como afirmamos anteriormente, esta se define mais pela conduta dos

profissionais e pela procura da verdade, que por conhecimentos académicos sistematizados.

Em Portugal, um estudo que João Miranda conduziu entre novembro de 2014 e fevereiro de 2015, e que envolveu 806 jornalistas, revelou que 97,1% dos inquiridos «diz conhecer o Código Deontológico e 77,7% o Estatuto do Jornalista. Dos 55,8% de inquiridos que mencionam dispor de um código de conduta ou livro de estilo no OCS onde desempenham atividade, 80,3% dizem conhecer o texto» (Miranda, 2018:398). Uma vez que estas respostas se limitam à noção pessoal e autocrítica de cada jornalista, relativamente ao seu conhecimento dos códigos, é mais interessante analisar os números relativos a quem discute estas normas com os pares, na redação. Os números aos quais João Miranda chega permitem-nos perceber que, muitas vezes, a autorregulação e a questão dos limites e liberdades, autoimpostos, não são temas recorrentes em contexto de redação.

Apesar do Conselho Regulador da Entidade Reguladora da Comunicação Social ter reunido, em 2008, com a direção do Sindicato dos Jornalistas e com diretores do *Expresso*, *Lusa*, *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias*, *Correio da Manhã*, *24 Horas*, *Jornal de Negócios*, *Semanário Económico* e da revista *Visão*, a fim de promover a «mediação do processo de criação de uma estrutura de autorregulação da imprensa» (site ERC, 30 janeiro 2008), no nosso país não existe ainda um órgão de autorregulação.

O vínculo a regras e códigos deontológicos que se afirmam como elementos definidores de uma ocupação que se quer profissão, parece-nos fundamental, mas não mais importante que o facto de os profissionais se reverem nos mesmos. Como é que o jornalismo assegura o cumprimento das regras e o facto de os jornalistas respeitarem e identificarem-se com as normas que regem a sua atividade? A ideia de responsabilização assume, neste contexto, um importante papel na definição de regulação, mas sobretudo de autorregulação, necessária a uma profissão que se quer livre (de poderes políticos e económicos).

3.1 Responsabilização do trabalho jornalístico

Após termos verificado a importância das regras e o vínculo a códigos deontológicos como elementos definidores de uma ocupação que se quer profissão, é importante perceber de que forma o jornalismo assegura o cumprimento dessas mesmas regras, legitimando-se. A ideia de responsabilização é vital para a definição de regulação,

mas sobretudo de autorregulação, necessária a uma profissão que se quer livre (de poderes políticos e económicos).

Nas palavras de Joaquim Fidalgo, «a autorregulação é um processo livre e voluntário [...] de os protagonistas diretos da actividade mediática, no contexto das organizações que integram, “controlarem” a sua atividade em moldes suscetíveis de garantir que ela se ajusta aos princípios e valores éticos decorrentes da sua responsabilidade social» (Fidalgo, 2006:470). Ou seja, ao contrário da hetero-regulação, trata-se de um tipo de regulação jornalística onde os legisladores também são os atores do processo comunicacional, de forma a assegurar que quem controla, fá-lo de forma a manter vivos os princípios definidores do jornalismo e não segundos interesses. Tal imparcialidade e interesses verdadeiros são mais difíceis de assegurar numa lógica de hetero-regulação tutelada pelo Estado.

A existência de uma hetero-regulação impõe-se no domínio das leis, no alcance dos limites legais, a partir dos quais a regulação deve ser deixada a cargo dos padrões deontológicos e morais da autorregulação. Em Portugal, o Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas, a Comissão da Carteira Profissional e a Entidade Reguladora da Comunicação Social cumprem o que Fidalgo descreve, citando Hugo Aznar, como «cobrir a distância entre o mínimo regulador do Direito e o ideal ético exigível a uma esfera de atividade social» (Fidalgo, 2006:471).

Para que o hiato entre o limite legal e o limite autoimposto pela própria classe seja o menor possível, a responsabilização pelo que se escreve e comunica é essência. A essa responsabilização damos o nome de *accountability*. Ponderemos sobre as definições de Pritchard e McQuail relativamente a *accountability*:

«A *accountability* dos media é o processo pelo qual se espera legitimamente, ou se obriga, as organizações mediáticas a prestarem contas das suas actividades aos seus constituintes [*constituents*].» (Pritchard, 2000:2).

«[A *accountability* dos media] é o conjunto dos processos, voluntários ou involuntários, através dos quais os media respondem, directa ou indirectamente, perante a sua sociedade, pela qualidade e/ou pelas consequências daquilo que publicam, com particular referência a matérias do bem público geral.» (McQuail, 2000:180)

A responsabilização dos jornalistas na regulação do seu trabalho é fundamental. «O jornalismo empresta um necessário contributo para o funcionamento da sociedade – contraindo, por essa via, um conjunto de obrigações» (Miranda, 2018:112). Perante um jornalismo entendido como Quarto Poder²⁴, torna-se necessário que os atores da atividade jornalística sejam capazes de se autorregular, adotando níveis de rigor adequados à alta responsabilidade que a sua atividade requer²⁵.

3.2 Responsabilização nos novos contextos de comunicação

Atualmente, existem cada vez mais formas de comunicação. Com a ascensão da Internet, dos blogues, dos *sites* de opinião, os jornalistas deixaram de ser os únicos responsáveis pela divulgação e veiculação da informação. João Miranda alerta para «novas lógicas de Mercado e [...] um novo ambiente comunicacional em emergência» (Miranda, 2018:32), como fatores que podem desafiar e destabilizar a isenção e rigor da autorregulação jornalística.

Denis McQuail alertava, já em 1997, para uma atividade jornalística cada vez mais privatizada, cujo rumo era traçado maioritariamente por grandes corporações. O autor afirma mesmo que «the triumph of liberal ideology and the spirit of deregulation and privatization makes it harder than ever for societies to intervene and exert control» (McQuail, 1997: 512). Ou seja, a corrida desenfreada ao aumento das vendas de jornais, revistas e programas televisivos, a concorrência cerrada pela atenção do público e a velocidade de veiculação da informação, são fatores que cada vez mais diluem a ação primordial do jornalismo: informar.

O caráter cada vez mais fluído da profissão coloca-a necessariamente dependente do seu código deontológico (mais do que de códigos legais), que os jornalistas não podem subverter ou ignorar, sob o risco de trair a própria classe. Como frisa Miranda: «o monopólio da profissão não depende, pois, tanto de dispositivos legais, mas sim do fechamento simbólico (Harrists, 2014) ou de um domínio das práticas e das rotinas inerentes à atividade (Meyers et al., 2012)» (Miranda, 2018:33).

²⁴ Jornalismo isento de influências e pressões por parte dos restantes poderes.

²⁵ A lei portuguesa considera mesmo a autorregulação como um dever dos jornalistas, consagrando-a no ponto 4, alíneas d) e g) do artigo 13º do Estatuto do Jornalista, no qual prescreve a existência de um código deontológico, que deve ser seguido e enriquecido pelos próprios jornalistas. Lê-se: «4 - Compete ao conselho de redacção: [...] d) Participar na elaboração dos códigos de conduta que venham a ser adoptados pelos órgãos de comunicação social e pronunciar-se sobre a sua redacção final [...] g) Pronunciar-se, através de pareceres ou recomendações, sobre questões deontológicas ou outras relativas à actividade da redacção» (Estatuto do Jornalista, Artigo 13º).

Sendo o jornalismo uma profissão cuja missão se concretiza na transmissão da verdade a um público, a própria definição e características desse público, tal como as mutações que vai apresentando ao longo do tempo, acabam por definir a atividade jornalística, ou pelo menos condicionar a sua evolução. Recentemente, várias alterações têm-se registado na esfera pública, que «mudou mais radicalmente durante as últimas décadas do que durante os dois séculos precedentes» (Miranda, 2018:34).

O novo contexto promove não só uma produção mais acelerada de conteúdo noticioso, como uma competição desenfreada pela atenção do público. O modo como os jornalistas irão competir por esta atenção pode ser perigoso e danoso para o compromisso que têm de ter, antes de mais nada, para com a verdade. Carlos Camponez defende que recorrer ao «fechamento da profissão e ao reforço das suas estruturas representativas e de *accountability*» (Camponez, 2018:20) pode constituir a solução para a regulação desta situação, além de garantir o compromisso para com a verdade.

Para Camponez, a regulação mais eficaz resultaria de um conjunto de normas definidas por jornalistas que, graças à experiência prática do dia-a-dia, não correm o risco de definir a norma pela norma, mas pela necessidade que sentem dessa mesma norma, a fim de assegurar que a sua atividade diária se concretiza num verdadeiro serviço público. Também Miranda acredita que «apenas com o consentimento organizado dos jornalistas pode um sistema regulador do jornalismo cumprir eficazmente as suas funções» (Miranda, 2018:40). A regulação da informação cumpriria, deste modo, a sua função primordial de «salvaguarda da liberdade de imprensa e do seu uso responsável» (Miranda, 2018:39).

A regra surge desta forma como elemento orientador e libertador da atividade jornalística. A norma é essencial «como forma de proteger o jornalismo da diluição no vasto universo da ecologia comunicacional, salvaguardando a identidade e marcas distintivas da profissão, e preserva a sua função social primordial, a de informar» (Miranda, 2018:35).

3.3 Jornalistas e sociedade: parceria ou utopia?

Refletindo sobre a autorregulação do jornalismo, podemos chegar à conclusão de que esta apresenta o perigo de fechar a classe num universo desligado do Mundo, com regras herméticas e pouco adaptadas à realidade mutável. O risco de dar primazia ao

direito à informação sobre outros direitos fundamentais (e também constitucionais) dos próprios cidadãos²⁶ não estaria completamente excluído.

Uma solução possível para este perigo encontra-se na correção da profissão pelos jornalistas e pela sociedade civil, sem interferência do Estado, de modo a salvaguardar os interesses de liberdade de expressão e informação, bem como a isenção do poder político.

A correção do jornalismo, resultante de uma parceria entre comunicadores (jornalistas) e recetores da comunicação (sociedade civil) apresenta mais-valias, na medida em que não retira na totalidade a consciência da responsabilidade aos primeiros e fomenta o diálogo com a segunda. A sociedade civil surge como elemento externo e isento, no controlo da atividade jornalística e, simultaneamente, o alvo desta atividade: o público a quem o jornalismo deve prestar um serviço.

Ora, se a desvinculação do Estado enquanto entidade reguladora confere ao jornalismo uma liberdade de expressão considerável, a vinculação à sociedade civil, existente num regime democrático, confere-lhe responsabilidade de expressão. Isto é, «a liberdade de expressão deve estar ao serviço dos concidadãos e de um ideal que os ultrapassa, a Democracia» (Camponez, 2018:24), e não ao serviço do mercado e dos valores da competição dos mercados. Carlos Camponez resume o conceito perfeitamente ao afirmar que «se não existe liberdade sem verdade – também não existe verdade sem liberdade, submetendo, deste modo, o valor normativo da verdade ao dialogismo crítico e à crítica escrutinadora dos poderes instituídos» (Camponez, 2018:22).

O compromisso do jornalismo para com a Democracia não deve, portanto, ser confundido com a liberdade para dizer o que se quiser. A liberdade de expressão pressupõe uma autorresponsabilização cada vez maior rumo à Verdade. Na impossibilidade de uma autoconsciência implacável, por parte dos jornalistas, revela-se fundamental a existência de uma norma exigente que distinga claramente o jornalismo do mero comentário e delineie os contornos de uma profissão que se caracteriza por possuir um valor acrescentado relativamente às restantes formas de comunicação: o da informação.

²⁶ Como é o caso do direito à presunção de inocência. De facto, uma das questões mais perentórias na articulação jornalistas-sociedade é «como se concilia a liberdade de expressão ou de Imprensa com a intimidade da vida privada, com o direito ao bom nome e à reputação, à segurança nacional, ao respeito pelas instituições ou à moral pública?» (Correia, 1995:8).

Numa época em que «os jornalistas deixaram de ter um papel fundamental em fazer chegar a informação ao público» (Camponez, 2018:27), tornou-se essencial que a sua atividade seja portadora de um signo diferenciador. A credibilidade, relevância e *accountability* das notícias devem servir o *outro*: o público, os sujeitos da narrativa e a Democracia. A narrativa jornalística deve representar um olhar escrutinador e não acusatório, com a função de informar e não a de vender mais jornais.

Esta definição de *accountability* dos media remete-nos, portanto, para a questão da objetividade, sobretudo aquela defendida por Carla Baptista e Gaye Tuchman; isto é, uma construção consciente da realidade nascida da escolha criteriosa daquilo que é e não é importante contar para transmitir a Verdade à audiência. O relato da verdade dos factos é tanto mais assegurado quanto mais *accountable* for um jornalista. Também Glasser e Ettema concordam, acrescentando que «being ethical [...] means being able to justify, publicly and compellingly, their resolution. The aim of ethics is, in a word, accountability» (Glasser, Ettema, 2008:512).

Ora, se um jornalista puder, em consciência, responsabilizar-se pelas suas afirmações, à partida estamos perante uma ética profissional irrepreensível, promotora de uma democracia, também ela potencialmente irrepreensível. Obviamente, dado que a significação das notícias depende também do público, das ideias e elações que este retira daquilo que lê e da confiança que deposita nos factos que lhe são apresentados, a *accountability* por vezes não chega: os leitores necessitam de sentir uma objetividade forte implícita nas notícias que lhes chegam às mãos.

A grande questão impõe-se: será esta objetividade jornalística um mito não concretizável e inconciliável com a responsabilidade que os jornalistas têm de informar, sem se limitarem a amplificar a realidade, mas construindo um cenário real?

3.4 Objetividade

A teoria do espelho, a mais antiga teoria do jornalismo, defende precisamente que «as notícias são como são porque a realidade assim as determina» (Traquina, 2002:74). O jornalista surge como um elemento absolutamente neutro, sem qualquer tipo de interesse próprio, que se limita a espelhar o que acontece no Mundo através do seu trabalho. Autores como Michael Ryan afirmam que o modo como um jornalista vê e conta a realidade se legitima apenas através da objetividade. Ryan defende que «o sucesso do jornalismo e da ciência objetivos depende da integridade dos seus praticantes e das

normas pelas quais se regem» (Ryan, 2009:4). Ou seja, é mais importante a objetividade jornalística do que a construção de uma visão da realidade – ainda que esta seja verdadeira – que dependa de elementos que possam ser influenciados por agendas pessoais, ainda que inconscientemente.

Mas será bom jornalismo apenas aquele que limita a sua missão a «ver a realidade, mas não tocá-la, nem fazer parte dela ou modificá-la» (Paixão, 2015:177)? A condição de mediador assenta mal a um jornalista, que deve ser um construtor: de democracia, de informação, de perspectivas (mesmo que estas não coincidam com a sua perspectiva pessoal), não podendo submeter-se à condição de escravo dos factos.

A questões que se impõem são as seguintes:

1. Poderá um simples relato ser considerado verdadeira informação?
2. Será o ato de espelhar a realidade a única forma de salvaguardar uma atividade jornalística livre de interesses?
3. Um jornalista que se limita a observar, chega a pisar um solo no qual poderá pôr em prática uma ética profissional?

A este respeito, Carla Baptista desacredita uma abordagem meramente objetiva do jornalismo, a qual chega quase a considerar objetivista, e não concretizável na medida em que «o jornalismo é uma atividade de busca de um sentido que não é dado, não existe na natureza em estado puro, tem de ser construído» (Baptista, 2003:108). Há vários valores morais que não são regulados pela legislação, mas pela ética. Se o jornalista passa a orientar a sua atividade meramente pelas regras legislativas e se esquece da ética e da moral, anula a noção de *outro*, corre o risco de praticar um jornalismo legal que, no entanto, não está livre de ser moralmente condenável. «O jornalista tem de lidar com muitas ordens de verdade – verdade dos factos, verdade de opiniões e juízos que reproduz, verdade das formas de expressão próprias da sua profissão» (Baptista, 2003:108).

Já Theodore L. Glasser e James S. Ettema, não acreditam que o problema seja a dificuldade de os jornalistas distinguirem o Bem do Mal, mas de muitas vezes não serem capazes de se responsabilizar pelas suas próprias afirmações (Glasser, Ettema, 2008). Os autores acreditam numa ética estruturada sobre o conceito de senso comum defendido desde Kant, segundo o qual «não é preciso nem ciência nem filosofia para que ela (a consciência) saiba o que há a fazer para se ser honrado e bom, mais ainda, para se ser sábio e virtuoso. Podia-se mesmo já presumir antecipadamente que o conhecimento

daquilo que cada homem deve fazer e, por conseguinte, saber é também pertença de cada homem, mesmo do mais vulgar» (Kant, 2007).

Deste modo, a simples escolha do que é ou não notícia constitui por si só um ato dotado de significação e, por isso, revelador de uma construção pessoal da realidade, não por isso menos legítima²⁷.

A objetividade pode, portanto, configurar-se como um constrangimento limitador se for usada meramente para salvaguardar o jornalista, impedindo-o de contar a realidade a partir de uma avaliação criteriosa que deveria ser inerente à sua profissão e ao seu senso comum. Afigura-se também essencial que, por outro lado, o jornalista jamais esqueça que uma maior liberdade corresponde a uma maior responsabilidade e tenha noção do poder social que a sua profissão pode ter, para que nunca o use em benefício pessoal ou para ofender a honra de terceiros.

A relação intrínseca entre objetividade, *accountability* e verdade dos factos torna-se cada vez mais evidente. Como defende Michael Schudson, a demanda pela objetividade jornalística tem a sua génese na necessidade de confirmar a verdade dos factos. Na maior parte das vezes, o problema da credibilidade nasce na questão da veracidade dos factos e não no modo como estes são tratados. Frequentemente, factos falaciosos nascem de interesses privados de empresas e do Estado: «analytical fairness had no secure place until journalists as an occupational group developed loyalties more to their audiences and to themselves as an occupational community than to their publishers or their publishers' favored political parties» (Schudson, 2001: 161).

No entanto, não podemos ser inocentes nem incautos ao ponto de não considerarmos as múltiplas verdades com que o jornalista se depara como objetos que quase têm alma e moral próprias, que dialogam com a consciência do jornalista. Por vezes, o ângulo escolhido, os nomes revelados ou as imagens mostradas, ainda que não sejam ilegais, têm um grande poder sobre a perceção que o público tem da notícia. Corre-se o perigo de moldar ideias relativas aos sujeitos retratados, denotando um falhanço do diálogo entre consciência jornalística e verdade moral.

Ainda assim, se tais informações/revelações forem necessárias e imprescindíveis para relatar os acontecimentos e revelar a Verdade, o jornalista deverá, sem perder a

²⁷ Tal como afirma Gaye Tuchman «dizer que uma notícia é uma “estória” não é de modo nenhum rebaixar a notícia, nem acusá-la de ser fictícia. Melhor, alerta-nos para o facto da notícia, como todos os documentos públicos, ser uma realidade construída possuidora da sua própria validade interna» (Tuchman, 1999:262).

noção de outro nem violar o código deontológico do jornalismo, dá-las a conhecer aos seus leitores, nunca «simplesmente para vender jornais e aumentar os lucros da empresa [mas sim] para melhorar o mundo, para (idealmente) promover a democracia e a cidadania, para vigiar os poderosos e dar voz aos mais fracos» (Baptista, 2003: 104).

Relativamente a esta relação de confiança leitor-jornalista, Michael Ryan, por seu lado, acredita que nem em nome do melhoramento da democracia, do mundo, do empoderamento de grupos marginais ou negligenciados pela sociedade ou de outros objetivos que sejam pessoais do jornalista, a objetividade deve ser abandonada, pois esta é o pilar fundamental de um acordo tácito, subentendido e esperado entre o jornalista e os seus leitores.

Quando se verifica o surgimento de histórias que, pelo seu conteúdo sumarento e falta de conteúdo informativo, vendem muito, podemos afirmar que há um desrespeito total pelos três grandes sujeitos da narrativa jornalística: o público, os personagens da história e os outros jornalistas. Dá-se demasiada importância aos terceiros, correndo o risco de se incorrer no sensacionalismo do relato da vida dos segundos, acabando por se defraudar os primeiros.

Nesta corrida desenfreada às vendas de jornais, também a presunção de inocência é muitas vezes desrespeitada, anulando-se o conceito do outro no jornalismo. O outro que antes de ser «bom» ou «mau» é um elemento da «história» e que, exatamente por isso, deve ser tratado de acordo com os critérios deontológicos definidos para a profissão. O respeito pelo outro é diretamente proporcional ao respeito à essência do jornalismo. A busca pela objetividade deve definir-se, portanto, na busca pela verdade, na confirmação dos factos e no tratamento não tendencioso da informação. A concretização desta mesma objetividade cimentar-se-á por isso no relato contextualizado e interpretado da verdade que foi identificada ao longo do processo de investigação e construção da notícia.

3.5 Regulação mediática em Portugal

Vimos que o respeito pela presunção de inocência está previsto tanto no 8º artigo do Código Deontológico do Jornalismo Português como na alínea c) do nº 2 do 14º artigo do Estatuto do Jornalista. Para assegurar que os jornalistas regem a sua conduta e atividade profissionais por estes documentos, existem órgãos nacionais de regulação da atividade mediática.

Atualmente, os principais órgãos de regulação mediática portugueses são a Comissão da Carteira Profissional dos Jornalistas (CCPJ), o Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas (CD/SJ) e o Conselho Regulador da Entidade Reguladora da Comunicação Social (ERC).

Ao passo que a CCPJ e a ERC orientam a sua atividade reguladora através de leis (Estatuto do Jornalista e Lei de Imprensa) e possuem no seu orgânico juristas, o CD/SJ é talvez a organização mais próxima de uma autorregulação em Portugal. No entanto, como revela João Miranda: «Num contexto pautado pela ausência de uma sólida relação institucional entre ERC, CCPJ e o CD/SJ, é exetável que este último veja diminuída a sua visibilidade e a sua eficácia, quer junto do público, como junto dos media e dos jornalistas» (Miranda, 2018: 293).

A Comissão da Carteira Profissional dos Jornalistas (CCPJ) é o único destes três órgãos que regula diretamente o trabalho dos jornalistas, enquanto pessoas singulares. Isto é, trata-se de um organismo de regulação da atividade jornalística com implicações diretas nos profissionais e na sua prática da profissão. Por esta razão, é o único que possui um capítulo dedicado inteiramente a si no Estatuto do Jornalista²⁸. Este organismo independente de direito público é composto «por oito elementos com um mínimo de 10 anos de exercício da profissão de jornalista e detentores de carteira profissional de jornalista ou título equiparado válido, designados igualitariamente pelos jornalistas profissionais e pelos operadores do sector, e por um jurista de reconhecido mérito e experiência na área da comunicação social, cooptado por aqueles por maioria absoluta, que preside» (n.º 1 do art.º 18º-A do Estatuto do Jornalista).

Já a ERC é, dos três, o órgão que acumula mais poderes. Apesar de não ter qualquer controlo regulador sobre os jornalistas, este organismo, criado após uma revisão constitucional, assume uma magnitude imensa no que respeita a regulamentação, fiscalização e controlo da atividade comunicacional do nosso país: «Estão sujeitas à supervisão e intervenção do conselho regulador todas as entidades que, sob jurisdição do Estado Português, prossigam actividades de comunicação social» (art.º 6.º dos Estatutos da ERC). O Conselho Regulador da ERC emite deliberações não só sobre conteúdos jornalísticos e rigor informativo, como sobre conteúdos programáticos, artigos de opinião

²⁸ O Capítulo III – A do Estatuto do Jornalista intitula-se Comissão da Carteira Profissional de Jornalista e é composto por dois artigos: art. n.º 18-A relativo à Natureza e Composição e art. n.º 18-B relativo à Legitimidade Processual.

que possam violar os direitos da pessoa por serem ofensivos ou mesmo publicidade e entretenimento. O vasto campo de ação da ERC revela-se de especial importância numa era onde informação, entretenimento e publicidade fundem cada vez mais as fronteiras entre si, em géneros híbridos e difíceis de regular.

Analisando a ação de cada um dos órgãos de regulação, tentaremos perceber de que forma o jornalismo se auto-protege de possíveis abusos do direito de informar, em detrimento dos direitos fundamentais da pessoa humana.

3.5.1 Comissão da Carteira Profissional de Jornalista – Secção Disciplinar

A CCPJ está encarregada de «assegurar o funcionamento do sistema de acreditação profissional dos jornalistas, equiparados a jornalistas, correspondentes e colaboradores da área informativa dos órgãos de comunicação social, bem como o cumprimento dos respectivos deveres profissionais» (n.º 1 do art.º 18º-A do Estatuto do Jornalista).

À luz do tema desta dissertação, interessa debruçarmo-nos sobre as funções disciplinares deste organismo. À Comissão da Carteira, mais concretamente à Secção Disciplinar composta por três jornalistas, compete «apreciar, julgar e sancionar a violação dos deveres enunciados no n.º 2 do art.º 14.º do Estatuto do Jornalista» (n.º 1 do art.º 18º-A do Estatuto do Jornalista). Não pudemos deixar de reparar que o n.º 1 do art.º 14º do Estatuto do Jornalista²⁹ é assim deixado de fora.

Sendo a CCPJ o único órgão nacional de fiscalização do trabalho dos jornalistas (enquanto pessoas singulares independentes das empresas públicas ou privadas para as quais possam trabalhar), parece-nos importante que se debruçasse também sobre o n.º 1 do art.º 14º do Estatuto do Jornalista, como forma de proteger os próprios jornalistas.

²⁹ «1 - Constitui dever fundamental dos jornalistas exercer a respectiva actividade com respeito pela ética profissional, competindo-lhes, designadamente:

- a) Informar com rigor e isenção, rejeitando o sensacionalismo e demarcando claramente os factos da opinião;
- b) Repudiar a censura ou outras formas ilegítimas de limitação da liberdade de expressão e do direito de informar, bem como divulgar as condutas atentatórias do exercício destes direitos;
- c) Recusar funções ou tarefas susceptíveis de comprometer a sua independência e integridade profissional;
- d) Respeitar a orientação e os objectivos definidos no estatuto editorial do órgão de comunicação social para que trabalhem;
- e) Procurar a diversificação das suas fontes de informação e ouvir as partes com interesses atendíveis nos casos de que se ocupem;
- f) Identificar, como regra, as suas fontes de informação, e atribuir as opiniões recolhidas aos respectivos autores» (n.º 1 do art.º 14º do Estatuto do Jornalista).

A ação mais consultiva³⁰ do Sindicato dos Jornalistas não salvaguarda os profissionais, caso a empresa para a qual trabalham viole o n.º1 do art.º14 e tente passar a responsabilidade para o profissional, por saber que a CCPJ não regula este ponto. A atual presidente da CCPJ, Leonete Botelho, defende, no entanto, que apesar de o trabalho jornalístico resultar de uma partilha de responsabilidade que advém da hierarquia jornalista, editor, diretor, «é o jornalista autor do trabalho que tem o dever de cumprir os deveres deontológicos, portanto é o primeiro responsável».

Também perante casos denunciados à ERC e por esta reencaminhados para a CCPJ, por não se enquadrarem na sua área de ação³¹, verificam-se violações do n.º 1 do art.º 14º do Estatuto do Jornalista. A própria Comissão da Carteira confirma a sua existência, para em seguida afirmar que infelizmente nada pode fazer, por não ter competência legal para tal. Ou seja, por um instar legal, estas violações não podem ser imputadas aos seus autores.

Analisando todas as deliberações da ERC entre 2015 e 2019, constatamos que em nove delas³² o órgão considerou parte da queixa referente à atividade da CCPJ, remetendo a deliberação à mesma. Apenas o desfecho de uma destas situações foi publicado no *site* da CCPJ, na secção decisões, do dia 23 de outubro de 2019.

O caso em questão é o da deliberação ERC/2019/259, emitida na sequência da participação apresentada pelo PSD contra o jornal *Expresso*³³. Uma vez que a ERC não tem poder sobre a regulação da atividade dos jornalistas, a deliberação deste órgão remete a decisão para a Comissão da Carteira Profissional.

Esta, por sua vez, afirma que: «1- O participante elenca um conjunto de factos que entende indiciarem a violação de alguns deveres deontológicos previstos no n.º 1 do art.º 14.º do Estatuto do Jornalista; 2- Nos termos do disposto no n.º 3 do art.º 18.º-A do

³⁰ Ainda que na alínea h) do art.º 18º dos Estatutos do Sindicato dos Jornalistas, referente às atribuições do Sindicato, se leia « Fiscalizar a observância das normas do Código Deontológico e do Estatuto do Jornalista» e na alínea c) do art.º 40.º, referente aos deveres do Conselho Deontológico, se leia: «Analisar as infracções ao Código Deontológico, aos Estatutos do Sindicato, ao Estatuto dos Jornalistas e ao Regulamento da Carteira Profissional por sua iniciativa ou que lhe sejam apresentados por terceiros», esta fiscalização não contempla qualquer tipo de sanção ou consequência para o jornalista.

³¹ A ERC deve assegurar «a regulação e supervisão de todas as entidades que prossigam actividades de comunicação social em Portugal» (site da ERC) e não a supervisão de jornalistas.

³² Consultar a tabela de análise das deliberações da ERC remetidas à CCPJ, em *VI Anexos*.

³³ «O PSD argumenta que o Expresso assumiu como “missão própria, convertida numa verdadeira causa, minimizar, apoucar e descredibilizar a atual direção” do partido “e o seu líder em especial”, o que acontece “fundamentalmente pela pena do jornalista Filipe Santos Costa [FSC], secundado cirurgicamente pelo editor de política, Vítor Matos”» (ERC/2019/259; 18 /09/2019).

referido Estatuto, a CCPJ apenas tem competência para julgar e sancionar a violação dos deveres enunciados no n.º 2 do citado art.º 14.º, pelo que nada há a determinar» (*site CCPJ*).

Ou seja, apesar de o jornalista ter violado deveres deontológicos, e apesar da Comissão da Carteira reconhecer esta violação, a mesma não lhe pode ser imputada, por não se enquadrar nos deveres tutelados pela Comissão da Carteira (nem por nenhum outro órgão de fiscalização). Segundo Leonete Botelho, «a lei deve ser revista de uma forma mais profunda. Mais do que fazer pequenos ajustes na redação, é preciso repensar alguns conceitos». A jornalista acredita que, numa primeira abordagem, seria necessário «refinar alguns conceitos demasiado abstratos como “informar com rigor e isenção” para que ao seu incumprimento se possa aplicar uma sanção disciplinar».

3.5.2 Sindicato dos Jornalistas – Conselho Deontológico

O Sindicato dos Jornalistas é uma organização livre que «luta intransigentemente pela defesa dos direitos, individuais e colectivos, e pelo escrupuloso cumprimento dos deveres, em particular deontológicos, dos jornalistas, pela defesa intransigente do seu direito de acesso à informação, em nome do direito dos cidadãos a serem informados com rigor e seriedade» (art.º 1º, Estatutos do Sindicato dos Jornalistas).

Enquanto associação sindical, este organismo tem como principal função a de tutelar os direitos dos jornalistas. Ainda assim, como se pode ler na alínea h) do art.º 8.º dos seus estatutos, o SJ compromete-se a «fiscalizar a observância das normas do Código Deontológico e do Estatuto do Jornalista». Para tal, na sua estrutura, possui um Conselho Deontológico (CD/SJ), «um órgão de autorregulação dos jornalistas portugueses, que tem por objetivo principal o debate, a reflexão e a promoção dos valores e das práticas relacionadas com a ética e a deontologia profissional dos jornalistas» (art.º 39.º dos Estatutos do Sindicato dos Jornalistas).

Como nos revela João Miranda (2018:287-8), o poder do CD/SJ tem vindo a desaparecer ao longo dos anos. O autor percorre a história do Sindicato dos Jornalistas desde 1979 até ao presente, explicando que, inicialmente, este órgão possuía o dever de «apreciar todos os casos de infração aos estatutos do Sindicato, ao Código Deontológico e, quando existirem, ao Estatuto do Jornalista e ao Regulamento da Carteira Profissional, ou instruir os respetivos processos e propor as penas a aplicar» (*idem*). Ou seja, estamos perante uma «conjuntura paradoxal, onde a uma associação de carácter privado – ainda

que a única organização profissional representativa dos jornalistas – é conferida a capacidade de regular e sancionar elementos não associados» (Miranda, 2018:288).

Uma maior abertura foi instaurada no CD/SJ em 1990, quando a «eleição dos seus membros começou a realizar-se de forma autónoma relativamente aos restantes corpos sociais do SJ, segundo o método de Hondt e aberto à apresentação de diferentes listas» (Miranda, 2018: 289). A importância extrema desta alteração consiste em assegurar uma maior heterogeneidade de opiniões dentro do CD/SJ. Como se lê nos seus Estatutos, estas opiniões existem de forma aberta e oficial dentro do Sindicato³⁴, revelando a necessidade da sua presença enriquecedora no CD/SJ, encarregado de tutelar a ação jornalística.

No entanto, atualmente, os pareceres, deliberações ou denúncias por parte do CD/SJ acabam por se revelar meramente consultivos. Este órgão não tem a função de aplicar sanções ou punir quem viola o código deontológico da profissão.

3.5.3 Entidade Reguladora da Comunicação Social – Conselho Regulador

A ERC é uma pessoa coletiva de direito público, criada em 2005, para substituir a Alta Autoridade para a Comunicação Social. O conselho regulador da ERC tem o poder (e o dever) de emitir deliberações sobre casos relativos à violação dos deveres constitucionais do jornalista, dos deveres estabelecidos no código deontológico da profissão, por parte de órgãos de comunicação.

Relativamente aos casos relacionados com a violação da presunção de inocência, Marta Carvalho, jurista da ERC, explica que «nunca pode ser feita uma análise meramente jurídica». Como salienta Marta Carvalho, «o conceito da presunção de inocência é de facto um conceito jurídico e constitucional, mas neste caso é contextualizado num conteúdo jornalístico, informativo ou, por vezes, até de entretenimento³⁵. A análise é sempre levada a cabo também pelo departamento de análise de média» (entrevista presencial na ERC, 31/10/19). De facto, os processos são sempre trabalhados por dois técnicos: um jurista e um técnico de análise de média (da área da sociologia ou da comunicação).

³⁴ «1 – O Sindicato dos Jornalistas, na defesa dos princípios da liberdade, da democracia e da democraticidade, da independência e da unidade, reconhece a existência no seu seio de diversas correntes de opinião, cuja organização é da responsabilidade de tais correntes. 2 - O exercício dos direitos de tendência e de intervenção das correntes de opinião não pode sobrepor – se nem prejudicar o direito de participação individual de cada associado» (art.º 17.º dos Estatutos do Sindicato dos Jornalistas)

³⁵ Neste caso é que é mais grave, sobretudo se for violado.

Se a nível de conceito, ao falarmos da presunção de inocência, falamos de um princípio constitucional de tal forma sedimentado na doutrina jurídica que carece de desenvolvimento, a nível da análise do contexto emerge uma grande complexidade.

A ERC é atualmente o organismo de regulação do jornalismo com mais poder em Portugal. Além de «proceder a averiguações e exames em qualquer entidade ou local, no quadro da prossecução das atribuições que lhe estão cometidas» (n.º 1, art.º 53º, Estatutos ERC), «os funcionários e agentes da ERC, os respectivos mandatários, bem como as pessoas ou entidades qualificadas devidamente credenciadas que desempenhem funções de fiscalização, quando se encontrem no exercício das suas funções e apresentem título comprovativo dessa qualidade, são equiparados a agentes de autoridade» (art.º 45.º, Estatutos da ERC).

O organismo emite resoluções em diretivas genéricas (destinadas a todo o setor), recomendações (destinadas a um meio individualizado) e decisões (com origem oficiosa ou mediante queixa, referente a uma entidade individualizada), cujo incumprimento «bem como a não colaboração, configuram práticas de contraordenação, sancionadas pecuniariamente» (Miranda, 2018:304).

Podemos, no entanto, afirmar que o organismo foi dotado de poderes que lhe conferem ainda um caráter pedagógico, na medida em que não se limita a regular os crimes cometidos pelas empresas de comunicação social. A ERC dá pareceres legislativos, conduz e publica sondagens e estudos relacionados com importantes temáticas da comunicação atual, criando espaço para o debate e reflexão de temas fraturantes.

3.5.4 Reflexões

Após a análise das estruturas que atualmente regulam a comunicação social e a atividade dos jornalistas, em Portugal, consideramos de fundamental importância a existência³⁶ de um órgão de autorregulação jornalística que tutele os jornalistas enquanto indivíduos singulares e seja representativo das várias correntes ideológicas sobre o que deve ser a regulação jornalística.

Concluimos que, paradoxalmente, ainda que algumas violações dos deveres dos jornalistas não lhes possam ser imputadas, ao contrário das violações dos deveres das

³⁶ Proporcionada pela criação de um novo órgão ou, idealmente, pelo ajuste das funções e liberdades de um dos órgãos já existentes.

empresas de Comunicação Social que se encontram fiscalizadas na sua totalidade pela ERC, os jornalistas são pouco tutelados. As razões pelas quais um jornalista viola os seus deveres ou ética da profissão podem ser variadas.

Por vezes, pode fazê-lo contra a vontade pessoal, porque tem de obedecer a ordens da empresa para a qual trabalha. Esta situação pode mesmo ser favorável à empresa, que está mais controlada do que o jornalista. Em situação de denúncia à ERC, a empresa pode mesmo tentar passar a responsabilidade para o jornalista, sobretudo se se tratar de um caso de violação dos deveres não tutelados pela Carteira Profissional, evitando represálias e processos em tribunal para o seu lado.

Situações deste género representam uma falta de tutela do próprio jornalismo e podem fomentar cada vez mais uma cultura de empresa e um desrespeito pela ética e pela deontologia em prol do mercantilismo de notícias.

II. Metodologia e corpus de análise

1. A regulação dos media em Portugal entre 2015-2019

Após a reflexão sobre o papel que o órgão de comunicação social, para o qual trabalha o jornalista, deve ter na partilha da responsabilidade deontológica inerente à profissão, torna-se essencial perceber exatamente de que forma é feito este controlo. Será mais urgente regular a ação das empresas ou dos jornalistas?

A primeira coisa que nos propomos averiguar é se a violação da presunção de inocência ocupa, realmente, um volume significativo no trabalho total da ERC (Entidade Reguladora da Comunicação Social) e da CCPJ (Comissão da Carteira Profissional de Jornalista). Para isso, analisaremos o número de processos e deliberações relativos à violação da presunção de inocência, que, nos últimos cinco anos, foram registados em ambos os órgãos de regulação.

Após a análise dos resultados obtidos, passaremos à análise do número de processos contra jornalistas que, no mesmo arco temporal, deram entrada no Supremo Tribunal de Justiça e nos tribunais da Relação de Lisboa, Porto, Guimarães e Évora. Destes processos, interessa individuar os que estão relacionados com a violação da presunção de inocência. O objetivo é perceber se, para além da regulação deontológica, a regulação legal regista um elevado número de casos relacionados com a violação da presunção de inocência.

Estas análises permitirão desenhar os contornos da realidade em estudo e perceber que tipos de resposta a profissão, que se quer autorregulada, está a dar.

Para aprofundar a reflexão sobre a questão da liberdade verdadeira que cada jornalista tem, relativamente ao meio para o qual trabalha, escolhemos analisar dois casos práticos. É importante perceber se o jornalista deve ser julgado enquanto pessoa única, independente da empresa para a qual trabalha, por ser exclusivamente responsável pela falha cometida, ou se o seu trabalho foi supervisionado e aprovado por um superior e ainda se o seu trabalho é resultado de uma cultura de empresa que fomenta a divulgação de notícias sensacionalistas. Neste sentido, e porque não existe uma organização única que regule e julgue a ação de jornalistas e empresas, a amostra dos dois casos práticos a analisar compõe-se de um processo aberto na ERC (Entidade Reguladora da

Comunicação Social)³⁷ e de um caso investigado e julgado diretamente pelo Ministério Público.

1.1 Dados estatísticos da ERC e da Comissão da Carteira Profissional

Analisar os dados relativos ao fluxo total de trabalho da ERC e da CCPJ, entre 2015 e 2019, permitir-nos-á perceber como evoluiu a ação de ambos os órgãos nos últimos cinco anos. Além disso, a noção geral do trabalho desenvolvido será útil para aferirmos a relevância assumida pelos processos relacionados com a violação de presunção de inocência.

A fim de enquadrar o trabalho de regulação da ERC no campo da violação da presunção de inocência, é necessário proceder à análise de dois fatores.

Em primeiro lugar, iremos analisar o fluxo de trabalho da ERC nos últimos cinco anos para de encontrar uma relação entre o número total de entradas, o número de processos abertos e o número de deliberações. Desta forma, procuraremos desenhar o perfil da eficácia de resposta da ERC.

Em segundo lugar, iremos comparar o número total de deliberações com o número de deliberações relativas à violação da presunção de inocência, no mesmo arco temporal. Desta forma, tentaremos perceber se esta é efetivamente uma temática relevante para o órgão de regulação.

Debruçamo-nos então sobre alguns números relativos à atividade do Conselho Regulador da ERC, de 2015 a 2019.

ATIVIDADE CONSELHO REGULADOR ERC 2015-19					
	2015	2016	2017	2018	2019
ENTRADAS	7300	8017	7755	8459	
% DE ENTRADAS QUE DERAM ORIGEM A ABERTURA DE PROCESSOS	14,53%	25,33%	22,79%	14,87%	Sem dados
PROCESSOS ABERTOS	1061	2031	1767	1258	
% DE PROCESSOS ABERTOS QUE DERAM ORIGEM A DELIBERAÇÕES	23,19%	13,84%	14,83%	20,99%	Sem dados
DELIBERAÇÕES	246	281	262	264	261

TABELA 1, Fonte: Relatórios de Regulação ERC (2015 - 2018) e site ERC: deliberações jan-dez 2019

³⁷ Pela importante atividade de regulação dos órgãos de comunicação social enquanto empresas responsáveis pelas ações dos seus trabalhadores, por as evitar ou incentivar.

O número de denúncias feitas à ERC, de 2015 a 2018, cresceu de forma gradual, registrando apenas um pico em 2016. Relativamente ao número de processos abertos, este foi inconstante, mas diretamente proporcional às oscilações da percentagem de entradas que deram origem à abertura de processos. Isto é, o crescimento ou diminuição do número efetivo de processos corresponde ao igual crescimento ou diminuição da percentagem de entradas que efetivamente deram origem à abertura de processos, num dado ano. Desta forma, podemos afirmar que 2015 foi o ano com menor número de processos abertos pela ERC, tanto em sentido absoluto como em relação ao número total de entradas. A baixa percentagem de 2015 não chega a ser ultrapassado por 2018 que, apesar de registar o número mais elevado de entradas dos quatro anos, viu a abertura de apenas 1258 processos, ainda assim mais 197 e 0,34% do que em 2015.

Relativamente ao número e percentagem de deliberações, não podemos afirmar a mesma coisa. Torna-se evidente que o ano com menor atividade foi 2016. Ainda que apresente o segundo valor mais elevado de processos abertos num ano (2031) e o valor mais elevado de deliberações (281), em 2016 a ERC emitiu deliberações apenas em relação a 13,84% dos processos abertos, ao contrário de 2015, no qual, apesar de ter aberto apenas 1061 processos e deliberado sobre apenas 246, estas deliberações correspondem a 23,19% do total de processos abertos.

Olhando o quadro, verificamos que em 2015 e 2018, anos com uma menor abertura de processos, a deliberação sobre os mesmos é mais efetiva, atingindo percentagens entre 6,16% e 9,35%, superiores aos restantes anos. Em 2019, os dados são quase inexistentes, pois o relatório de atividade é fechado em junho do ano sucessivo. Conseguimos, contudo, contar o número de deliberações publicadas no site da ERC. No entanto, este resulta inconclusivo, por não ter as restantes variáveis para comparação.

Após o enquadramento geral do volume de trabalho da ERC, procuramos perceber a relevância das deliberações respeitantes à presunção de inocência publicadas pela organização entre 2015 e 2019.

Uma vez que os três casos práticos que analisaremos no próximo capítulo se tratam de reportagens televisivas, focar-nos-emos nas deliberações relacionadas com a violação da presunção de inocência em televisão³⁸. Após ter definido que a contabilização

³⁸ As deliberações contabilizadas na amostra são relativas aos seguintes canais: RTP1, RTP2, SIC, SIC Notícias, TVI, TVI24 e CMTV.

teria em conta apenas determinados canais de televisão (os mesmos contemplados nos relatórios de atividades anuais da ERC), decidimos que os critérios utilizados para afunilar a amostra prender-se-iam com o conteúdo das deliberações.

Foram seleccionadas as deliberações emitidas pela ERC entre 2015 e 2019 cujo conteúdo refere cabalmente a denúncia de uma violação da presunção de inocência, mas também aquelas cujo conteúdo denuncie uma violação do rigor informativo, por afirmações infundadas que levanten suspeitas em relação ao queixoso ou denigrem a sua imagem, ao ponto de ser tornar suspeito de um crime que poderia ou não ter cometido³⁹.

Para que a escolha dos critérios usados na análise da amostra seja clara e justificada, é importante sublinhar um dos objetivos da regulação da ERC, definido na alínea c) do Artigo 7º dos Estatutos da ERC: «assegurar que a informação fornecida pelos prestadores de serviços de natureza editorial se pauta por critérios de exigência e rigor jornalísticos, efectivando a responsabilidade editorial perante o público em geral dos que se encontram sujeitos à sua jurisdição, caso se mostrem violados os princípios e regras legais aplicáveis» (Estatutos ERC, 2005, art.º 6.º).

Por vezes, o rigor informativo, ou a sua violação, manifesta-se em acusações sem provas, feitas pelos ou através dos média. Ainda que, como vimos anteriormente, este ponto esteja definido mais objetivamente nos deveres da atividade reguladora da Comissão da Carteira Profissional de Jornalista⁴⁰, este órgão controla apenas a ação dos jornalistas e não das empresas de comunicação. Assim, ainda que a atividade reguladora da ERC esteja mais direccionada para o n.º 1 do 14.º artigo do Estatuto do Jornalista, este complementa-se com o n.º 2, pois também as empresas, e não só os jornalistas, podem formular direta ou indiretamente acusações sem provas, as quais, necessariamente, comprometerão o rigor informativo.

Salvaguardando estas premissas, passemos a analisar as queixas e participações de situações de violação de presunção de inocência na RTP1, RTP2, SIC/SIC Notícias, TVI/TVI24 e CMT, bem como as respetivas deliberações da ERC, entre 2015 e 2019.

³⁹ Mesmo que esse crime não se encontrasse sequer em tribunal, nem inserido num processo penal oficialmente aberto conta o queixoso.

⁴⁰ A CCPJ apenas tem competência para julgar e sancionar a violação dos deveres enunciados no n.º 2 do art.º 14.º do Estatuto do Jornalista: «c) Abster-se de formular acusações sem provas e respeitar a presunção de inocência» (art.º 14.º do Estatuto do Jornalista)

PARTICIPAÇÕES À ERC DE SITUAÇÕES DE VIOLAÇÃO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA QUE DERAM ORIGEM A DELIBERAÇÃO						
	2015	2016	2017	2018	2019	15-19
RTP1	0	1	1	1	2	5
RTP2	0	0	0	0	0	0
SIC/SIC Notícias	0	1	0	1	1	3
TVI/TVI24	2	0	2	0	4	8
CMTV	0	2	3	1	1	7

TABELA 2, Fonte: site ERC: deliberações jan 2015- dez 2019

DELIBERAÇÕES A FAVOR DO QUEIXOSO EM CASOS DE DENÚNCIA DE VIOLAÇÃO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA						
	2015	2016	2017	2018	2019	15-19
RTP1	0	0	0	0	2	2
RTP2	0	0	0	0	0	0
SIC/SIC Notícias	0	1	0	1	1	3
TVI/TVI24	2 ⁴¹	0	1	0	4	7
CMTV	0	2 ⁴²	3	1	1	7

TABELA 3, Fonte: site ERC: deliberações jan 2015- dez 2019

Observando os dados de ambas as tabelas, percebemos que quase todas as situações de violação da presunção de inocência reportadas à ERC entre 2015 e 2019 e alvo de deliberação (processo fechado sem acordo prévio entre as partes) foram confirmadas como tal por deliberação da organização. No entanto, a nenhum dos órgãos de comunicação foi imposto o pagamento de multas. Foram apenas feitas admoestações, dados conselhos e sugestões para situações futuras, salvo duas exceções, onde houve também o pagamento de despesas por encargos administrativos.

Comparando as tabelas 1 e 2, torna-se evidente o volume diminuto que este tipo de queixas representa na totalidade de deliberações emitidas pela ERC:

Apesar da tabela 2 se referir apenas a deliberações relacionadas com a violação da presunção de inocência em sete canais de televisão, e a tabela 1, além de incluir também a imprensa e a rádio, debruçar-se sobre as mais variadas denúncias, a discrepância de números é evidente. De um total de 1314 deliberações, apenas 23 dizem respeito à

⁴¹ Deliberação condenatória, com aplicação de pagamento de taxas por encargos administrativos. A TVI pagou, em 2015, 4,5 unidades de conta pela deliberação 173/2015 (CONTJOR-TV).

⁴² Deliberação condenatória, com aplicação de pagamento de taxas por encargos administrativos. A CMTV pagou, em 2016, 4,5 unidades de conta pela deliberação 15/2016 (CONTJOR)

violação da presunção de inocência nos principais canais nacionais de informação televisiva.

Este facto leva-nos a refletir se, de facto, não existem muitas violações à presunção de inocência.

Um rápido olhar aos dados apresentados no último Relatório de Regulação da ERC permite-nos perceber que a situação é muito maior do que as deliberações podem indicar. Só nos blocos informativos, em horários nobre, dos quatro serviços de programas generalistas⁴³ de sinal aberto, entre 2015 e 2018, existem 134 casos identificados de violação da presunção de inocência. São mais 111 que os casos denunciados pelo público entre 2015 e 2019, em qualquer bloco horário dos quatro serviços de programas generalistas de sinal aberto.

Uma das respostas possíveis é a violação da presunção de inocência ser, por vezes, difícil de identificar. A calúnia dá-se, porque alguém mente, a falta de rigor informativo existe, porque alguém não comunica uma informação rigorosamente e o desrespeito do contraditório acontece quando não se ouve a outra parte. Já a violação da presunção de inocência pode surgir como consequência de uma ou várias das violações anteriormente nomeadas, ou mesmo da mera sugestão de culpa que se pode imprimir ao modo como se dá uma notícia.

É uma situação difícil que encontra a sua génese noutras violações e, por esta razão, a sua identificação pode necessitar do olhar profissional dos analistas da ERC, a fim de revelar a sua verdadeira dimensão. Como a maioria dos processos da ERC são desencadeados por denúncias externas, na fase de denúncia o olhar profissional não existe e identificar a violação pode-se tornar complicado.

Outra razão possível para o reduzido número de processos relativos à violação da presunção de inocência, é que, ao contrário de temas como a veiculação de imagens

⁴³ «A monitorização da informação diária contempla os blocos informativos de horário nobre, emitidos pelos quatro serviços de programas generalistas de sinal aberto: o “Telejornal”, da RTP1, e o “Jornal 2”, da RTP2, do operador de serviço público; e os noticiários dos operadores privados, o “Jornal da Noite”, da SIC, e o “Jornal das 8”, da TVI» (relatórios de regulação ERC, 2015, 2016 e 2017).

chocantes, o uso de linguagem ofensiva ou o desrespeito das leis da publicidade, este tema ainda não preocupa muito os cidadãos⁴⁴.

A Comissão da Carteira Profissional, de acordo com a informação disponibilizada ao público, apresenta uma fraca atividade proactiva, sendo a maioria dos processos originalmente abertos na ERC e, por decisão em deliberação, passados para a CCPJ. Nesta instituição, os dados estatísticos e os registos são manifestamente mais fracos e em menor número do que na ERC.

Encontramos, no entanto, alguns números, reveladores, por um lado, da fraca relevância que a violação da presunção de inocência tem no trabalho da CCPJ, por outro, da inconsequência da maioria dos processos disciplinares abertos pela mesma, os quais são maioritariamente arquivados.

Objetos dos Processos Disciplinares Abertos pela Comissão da Carteira Profissional 2015-2018					
Alíneas do n.º2 do art.º 14º⁴⁵ do EJ violadas	2015	2016	2017	2018	TOTAL
Alínea a) do n.º 2 do art.º 14.º do EJ					
Alínea b) do n.º 2 do art.º 14.º do EJ		1	1		2
Alínea c) do n.º 2 do art.º 14.º do EJ			2		2
Alínea d) do n.º 2 do art.º 14.º do EJ			1	1	2
Alínea e) do n.º 2 do art.º 14.º do EJ		1	1		2
Alínea f) do n.º 2 do art.º 14.º do EJ	1	2			3
Alínea g) do n.º 2 do art.º 14.º do EJ					

⁴⁴ Caso esta seja a resposta mais provável, seria importante equacionar uma campanha informativa, no âmbito da literacia dos media, a fim de consciencializar o público para a possibilidade de, por vezes, estar a ser subtilmente manipulado e habituado a uma desinformação sensacionalista, que começa a assumir como normal.

⁴⁵ «2 - São ainda deveres dos jornalistas:

a) Proteger a confidencialidade das fontes de informação na medida do exigível em cada situação, tendo em conta o disposto no artigo 11.º, excepto se os tentarem usar para obter benefícios ilegítimos ou para veicular informações falsas; b) Proceder à rectificação das incorrecções ou imprecisões que lhes sejam imputáveis; c) Abster-se de formular acusações sem provas e respeitar a presunção de inocência; d) Abster-se de recolher declarações ou imagens que atinjam a dignidade das pessoas através da exploração da sua vulnerabilidade psicológica, emocional ou física; e) Não tratar discriminatoriamente as pessoas, designadamente em razão da ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual; f) Não recolher imagens e sons com o recurso a meios não autorizados a não ser que se verifique um estado de necessidade para a segurança das pessoas envolvidas e o interesse público o justifique; g) Não identificar, directa ou indirectamente, as vítimas de crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual, contra a honra ou contra a reserva da vida privada até à audiência de julgamento, e para além dela, se o ofendido for menor de 16 anos, bem como os menores que tiverem sido objecto de medidas tutelares sancionatórias; h) Preservar, salvo razões de incontestável interesse público, a reserva da intimidade, bem como respeitar a privacidade de acordo com a natureza do caso e a condição das pessoas; i) Identificar-se, salvo razões de manifesto interesse público, como jornalista e não encenar ou falsificar situações com o intuito de abusar da boa fé do público; j) Não utilizar ou apresentar como sua qualquer criação ou prestação alheia; l) Abster-se de participar no tratamento ou apresentação de materiais lúdicos, designadamente concursos ou passatempos, e de televotos» (Estatuto do Jornalista, art.º14º, n.º2).

Alínea h) do n.º 2 do art.º 14.º do EJ		1	2		3
Alínea i) do n.º 2 do art.º 14.º do EJ					
Alínea j) do n.º 2 do art.º 14.º do EJ					
Alínea l) do n.º 2 do art.º 14.º do EJ					

TABELA 5, Fonte: Site CCPJ (todos os casos registados na tabela foram arquivados).

Verificamos que as alíneas referentes ao respeito pela privacidade e recolha de imagens e sons de um modo abusivo são as mais desrespeitadas, constatação que pinta um retrato pouco digno da profissão.

A alínea f) foi desrespeitada duas vezes por Ana Leal, jornalista da TVI, e uma vez por Carlos Almeida Soares e Liliana Pereira, fotojornalistas da TV Guia. Já a alínea h) foi desrespeitada uma vez por Carlos Almeida Soares e Liliana Pereira, fotojornalistas da TV Guia, uma vez por Natacha Nunes Costa, jornalista da CMTV, e uma vez por Hernâni Carvalho e Cláudia Carvalho, jornalistas da SIC. A violação da presunção de inocência, salvaguardada na alínea c), foi desrespeitada duas vezes, uma por Tânia Laranjo, jornalista do *Correio da Manhã* e CMTV, e outra por Mariana Correia Pinto, jornalista do *Público*.

A questão da violação da presunção de inocência, que, como referimos anteriormente, pode resultar também noutras violações ao código deontológico do jornalismo⁴⁶, carece de controlo e monitorização. Este facto é relevante na medida em que o conceito pode incluir outras violações de grande importância, constituindo-se uma verdadeira encruzilhada deontológica, com sobreposição de responsabilidades e salvaguardas que devem ser feitas, para bem do público, do jornalismo e da verdade. Como veremos de seguida, quando os casos chegam a tribunal, os conceitos são interrelacionados, a presunção de inocência relaciona-se com a acusação sem provas, a veiculação de informação não verdadeira ou o atentado à honra de uma pessoa.

1.2 Dados estatísticos do Supremo Tribunal de Justiça e Tribunais da Relação

Relativamente aos casos que chegam a tribunal, os únicos que se encontram indexados e organizados numa base de dados são aqueles que foram alvo de recurso e,

⁴⁶ A violação da presunção de inocência, além de uma falta direta, pode resultar da violação de outros artigos do código deontológico, nomeadamente: «O jornalista deve relatar os factos com rigor e exatidão e interpretá-los com honestidade. Os factos devem ser comprovados, ouvindo as partes com interesses atendíveis no caso. A distinção entre notícia e opinião deve ficar bem clara aos olhos do público; O jornalista deve combater a censura e o sensacionalismo e considerar a acusação sem provas e o plágio como graves faltas profissionais» (Código Deontológico Jornalismo Português, artigo 1º e artigo 2º).

por isso, chegaram ao Supremo Tribunal de Justiça ou aos Tribunais da Relação do Porto, Lisboa, Guimarães, Coimbra e Évora.

Assim, a base da análise presente nas tabelas que se seguem é composta pelos processos penais contra jornalistas, entre 2015 e 2019, registados no site da Direção Geral da Segurança Interior. O objetivo da sistematização da atividade judicial portuguesa na área da presunção de inocência foi o de perceber a relevância que este tipo de processos representou na justiça nacional ao longo dos últimos cinco anos.

Na análise realizada para esta dissertação, os critérios usados para definir se um processo da amostra visava uma situação de violação de presunção de inocência foram, tal como para as deliberações da ERC, a afirmação cabal, no registo do processo, que isso teria acontecido, a identificação de situações onde a calúnia e a veiculação de notícias falsas abalassem a honra do requerente e ainda situações onde as notícias, sem o afirmar cabalmente, deixam implícita a prática de ações moralmente condenáveis pelo requerente.

Os dados recolhidos e contabilizados nas tabelas que se seguem dependem muito dos critérios acima referidos. Os limites do que pode abalar a honra de uma pessoa são extremamente difíceis de definir e tornam a presunção de inocência «um conceito eticojurídico polémico. Tanto que são várias as leis que o invocam, mas sempre de forma que o rigor da ciência jurídica não consegue sobrepor-se à fluidez das fronteiras da moral» (Martins, 2006:168).

Processos Penais contra jornalistas 2015-2019 em Portugal						
	2015	2016	2017	2018	2019	TOTAL
Supremo Tribunal de Justiça	0	2	3	2	0	7
Tribunal da Relação de Lisboa	2	5	4	1	5	17
Tribunal da Relação do Porto	3	1	2	3	2	11
Tribunal da Relação de Coimbra	1	1	5	0	0	7
Tribunal da Relação de Guimarães	0	0	0	0	0	0
Tribunal da Relação de Évora	0	3	1	0	1	5
Processos Penais contra jornalistas 2015-2019 em Portugal						47

TABELA 6, Fonte: Site Direção Geral Segurança Interior

Processos Penais contra jornalistas 2015-2019 em Portugal por violação da presunção de inocência						
	2015	2016	2017	2018	2019	TOTAL
Supremo Tribunal de Justiça	0	2	0	1	0	3
Tribunal da Relação de Lisboa	0	2	3	1	3	9
Tribunal da Relação do Porto	1	1	1	1	1	5
Tribunal da Relação de Coimbra	0	1	2	0	0	3
Tribunal da Relação de Guimarães	0	0	0	0	0	0
Tribunal da Relação de Évora	0	0	0	0	0	0
Processos Penais contra jornalistas 2015-2019 em Portugal por violação da presunção de inocência						20

TABELA 7, Fonte: Site Direção Geral Segurança Interior

Jornalistas condenados e absolvidos em Processos Penais 2015-2019 em Portugal por violação da presunção de inocência		
	Jornalista condenado	Jornalista absolvido
Supremo Tribunal de Justiça	3	0
Tribunal da Relação de Lisboa	4	5
Tribunal da Relação do Porto	3	2
Tribunal da Relação de Coimbra	0	3
Tribunal da Relação de Guimarães	0	0
Tribunal da Relação de Évora	0	0

TABELA 8, Fonte: Site Direção Geral Segurança Interior

Observando os dados recolhidos, chegamos à conclusão de que o número de processos penais contra jornalistas é residual, tendo em conta a atividade geral, seja do Supremo Tribunal de Justiça, seja dos tribunais de segunda instância⁴⁷. O número de processos resultante da violação da presunção de inocência representa 42,6% do total de processos contra jornalistas, ou seja, quase metade, adquirindo, dentro do universo observado, uma relevância significativa. No que toca a distribuição entre casos onde o jornalista acaba por ser absolvido e casos onde é condenado, o número é exatamente o mesmo: cinco.

A violação da presunção de inocência é a causa principal que leva jornalistas a tribunal. No entanto, encontra-se superficialmente representada na atividade da ERC ou

⁴⁷ Segundo o site da PORDATA, entre 2015 e 2018 o Supremo Tribunal de Justiça registou 3898 processos penais findos. Já os tribunais de segunda instância registaram, no mesmo arco temporal, 127.736 processos findos que, no entanto, a PORDATA não especifica serem apenas penais, podendo ser também civis ou laborais. Ainda assim, os números são reveladores da discrepância entre o total de casos findos e o número reduzido de processos penais findos contra jornalistas, que na nossa análise contemplam inclusive um ano a mais.

da CCPJ. É uma situação que pode suscitar reservas. É possível que, vendo a sua honra afetada, as vítimas da violação considerem o crime mais adequado a um tribunal do que a um órgão de autorregulação. Sendo a presunção de inocência um direito constitucional, a sua violação é uma fuga objetiva à lei que, ao contrário de outras violações no trabalho jornalístico, pode efetivamente ser levada a tribunal.

Por outro lado, tribunais e órgãos de regulação jornalística são estruturas completamente diferentes. Os primeiros regulam a partir de fora, os segundos a partir de dentro; os primeiros dominam o conceito jurídico de presunção de inocência, os segundos, as questões dos limites entre liberdade de imprensa, direito à informação e o respeito da presunção de inocência. Se nos tribunais temos uma análise muito fria das situações, na ERC ou na CCPJ há uma tentativa de regular salvaguardando a utilidade social da notícia e cumprimento da função pública da imprensa.

Um problema constante que verificámos, tanto relativamente à ERC, como à CCPJ e aos tribunais, foi a falta de registo estatístico sistemático e uma grande dispersão de processos, números, dados e informação, que dificulta o desenho sólido de um quadro nacional. Este facto acaba por diminuir também a eficácia da ação dos órgãos reguladores, que perdem a noção da dimensão dos vários tipos de queixas que têm em mãos.

2. Os Media que integram o *corpus* de análise

Os casos escolhidos para análise refletem duas realidades: a violação da presunção de inocência num processo mediático e a violação da presunção de inocência na vida de um cidadão comum, através da indústria do entretenimento. Com esta escolha desejamos ilustrar duas faces de uma situação que pode afetar qualquer cidadão, seja ele uma figura pública ou um mero desconhecido. O objetivo é perceber que limites éticos e deontológicos comuns são ultrapassados ou relativizados, em casos tão diferentes.

Através da nossa escolha pretendemos ainda demonstrar que a questão da violação da presunção de inocência não se limita a contextos noticiosos e que, precisamente por isso, por vezes, pode ser difícil de regular.

2.1 SIC Notícias

A SIC Notícias foi o primeiro canal português de informação, isto é, foi o primeiro canal da televisão portuguesa a transmitir blocos informativos a todas as horas certas (24 por dia). O modelo de canal televisivo exclusivamente dedicado à informação pode representar uma pressão muito grande para os jornalistas, pois estes têm de apresentar em

permanência um telejornal com conteúdo, que nem sempre existe, porque não existem necessariamente notícias relevantes de hora a hora. O modelo segue a linha americana começada com a *broadcast* TV e o sistema de diretos, e pode representar um perigo à curadoria jornalística e à seleção criteriosa de informação.

No caso que iremos analisar, esta génese reveste-se de especial importância, na medida em que pode estar na base da transmissão de imagens pouco editadas, de um inquérito judicial em curso.

2.2 Programa de entretenimento *Querida Júlia*

Querida Júlia foi um programa de entretenimento transmitido pela SIC e apresentado por Júlia Pinheiro, de segunda a sexta às 10h, entre 14 de março de 2011 e 31 de janeiro de 2014. O programa, que destacava factos da atualidade e seguia um modelo de *talk-show*, tinha várias rubricas. Júlia Pinheiro conduzia três horas de emissão diária, durante as quais havia análise de crimes da atualidade, comentário de notícias do social, jogos e momentos musicais. O programa apresentava pequenas reportagens que precediam a presença de convidados em estúdio, protagonistas das histórias relatadas nesses momentos de informação. As histórias eram contadas de um ponto de vista unilateral, o dos convidados, e incluíam-se por isso num híbrido entre informação e entretenimento, em que histórias de vida são contadas como se de informação se tratasse.

No caso que iremos analisar, tentaremos perceber se a veiculação de informação, num contexto de entretenimento, pode levar à violação da presunção de inocência. Analisaremos o tipo de relato e a construção da narrativa para perceber até que ponto esta pretende informar ou entreter. O caso refere-se a uma violação cometida por pessoas específicas e não à responsabilização de um órgão de comunicação. A ERC não tem sob a sua tutela a sanção de jornalistas de órgãos de comunicação, por isso, apesar de se pronunciar contra a SIC e contra o programa, passou a questão à CCPJ.

Ao chegar à CCPJ, verifica-se que nem a responsabilidade dos conteúdos pertencia à SIC (mas sim à produtora Endemol), nem os intervenientes na comunicação da «notícia» eram jornalistas, não podendo, por isso, a Comissão da Carteira Profissional tomar medidas. Produtora, canal de televisão e intervenientes não podem ser responsabilizados.

III. Enquadramento e análise dos casos práticos

1. Catálogo de casos

1.1 Interrogatório a José Sócrates transmitido pela SIC Notícias a 16 e 17 de abril de 2018

A 13 de março de 2017, o procurador Rosário Teixeira e o inspetor Paulo Silva interrogaram, pela terceira vez, o ex-primeiro ministro José Sócrates relativamente às acusações de que era alvo na Operação Marquês. A 16 e 17 de abril de 2018, a SIC divulgou, em horário nobre e inseridas numa grande reportagem sobre a Operação Marquês, as imagens deste interrogatório, bem como do precedente, datado de 27 de maio de 2015. O inquérito é revelado sem grande tratamento jornalístico, sem uma narrativa. É reproduzido de forma crua, sem enquadramento da situação, sem informações adicionais, de uma forma que João Taborda da Gama, professor universitário especialista em direito fiscal, apelidou de *pornografia judiciária em horário nobre*⁴⁸.

No dia seguinte, o Ministério Público abriu uma investigação, pois considerou que poderia estar em causa um crime de desobediência, já que as imagens eram peças processuais. Segundo uma notícia de 7 de novembro de 2018, no jornal *Público*, «entendeu o Ministério Público que os arguidos divulgaram as referidas peças apesar de estarem "cientes que a lei proíbe a divulgação/reprodução do registo de imagens ou tomadas de som relativas à prática de actos processuais, salvo se autorizados pela autoridade judiciária competente e sem oposição dos visados"»⁴⁹. A 29 de novembro de 2019, o *Diário de Notícias* noticia que «foram acusados o director de informação, a coordenadora, o responsável de reportagem e a editora que "decidiram teledifundir em canal televisivo uma reportagem (...), cujo conteúdo consistia, em grande parte, na reprodução ilícita de peças processuais do denominado processo Operação Marquês»⁵⁰.

A Grande Reportagem, de dia 16 de abril, tem uma duração de 30 minutos, 38 segundos dos quais dedicados à ficha técnica, 7 minutos e 36 segundos à narrativa

⁴⁸ <https://rr.sapo.pt/2018/04/17/francisco-assis-joao-taborda-da-gama/imagens-do-interrogatorio-de-socrates-e-pornografia-judiciaria-em-horario-nobre/artigo/110950/> (Consultado a 5 de março de 2020)

⁴⁹ <https://www.publico.pt/2018/11/07/sociedade/noticia/operacao-marques-jornalistas-acusados-divulgacao-ilicita-pecas-processuais-1850244> (Consultado a 5 de março de 2020)

⁵⁰ <https://www.dn.pt/poder/operacao-marques-mp-acusa-sic-de-desobediencia-ao-divulgar-interrogatorios-11568756.html> (Consultado a 5 de março de 2020)

jornalística e 21 minutos e 46 segundos às imagens dos inquéritos a José Sócrates (72,56% da reportagem).

Seguiu-se, no dia 18 de abril, uma espécie de sequência chamada *Oui Monsieur – O Saco Azul do Marquês*, dividida em dois episódios. Como explica Carla Baptista, «o jornalismo tem historicamente privilegiado formatos narrativos que apostam na concisão, na clareza e no foco, com o objetivo de propiciar ao público um instrumento imediato de conhecimento, debate e intervenção cívicas. Ao invés, a serialização é uma estratégia narrativa desenvolvida por alguns géneros dentro da literatura de ficção que privilegia a duração da ligação criada com os leitores, valorizando mais os recursos expressivos do que os usos informativos ou performativos da linguagem» (Baptista, 2018:97). Neste caso, ao contrário do *voyeurismo* oferecido pela transmissão dos interrogatórios a Sócrates, a serialização da restante narrativa revela-se necessária, dada a complexidade da história em questão. Para além da questão da ilegalidade, no que toca a reprodução da imagem e do som dos interrogatórios ao ex-primeiro-ministro, a reportagem reveste-se de grande importância, pelo debate público sobre o conflito entre os direitos dos arguidos e o direito à informação.

1.1.2 Descrição da reportagem

A reportagem divide-se em dois momentos principais: os inquéritos de 2015 e os de 2017. Se em 2015 um arguido que se defende com um raciocínio articulado e calmo, com um tom marcadamente político e quase paternalista, em 2017 a atitude de José Sócrates é diferente.

Em 2015, o discurso de José Sócrates deixa implícito que é alvo de uma campanha de perseguição e teorias rocambolescas por parte do Ministério Público.

Enerva-se e perde a compostura perante as acusações de corrupção no que respeita ao Programa Regional de Ordenação do Território (PROT), e o aldeamento de Vale do Lobo. A ideia que passa para o público é, porém, a de uma cólera maior do que a que efetivamente poderá ter ocorrido, já que a SIC se concentra nos momentos em que o ex-primeiro-ministro perde a calma, como se pode observar na colagem de momentos de exaltação, ao minuto 7:03.

Este repositório dos piores momentos e reações do interrogado é feito com filmagens que não são de uma entrevista autorizada pelo mesmo, mas imagens de um interrogatório que não poderiam ser tornadas públicas. Neste trecho da reportagem,

registra-se uma violação evidente do artigo 14º, n.º 2 do Estatuto do Jornalista⁵¹ e do artigo 10º do Código Deontológico do Jornalismo⁵². O trecho da reportagem foi ainda isolado e publicado, no mesmo dia, no *site* da SIC Notícias como um destaque com título «Sócrates exalta-se quando fala sobre as férias».

Como observamos no capítulo I, o jornalista não pode limitar-se a ser um altifalante da realidade. Como afirma Carla Baptista, «a visão simplista das notícias como “um espelho da realidade” foi ultrapassada pelas teorias construtivistas, reconhecendo que as notícias resultam de um processo de elaboração linguística, são artefactos discursivos não ficcionais que constroem e reconstroem a realidade» (Baptista, 2018:99). Por outro lado, o jornalismo também não pode construir visões tendenciosas dos intervenientes nessa realidade (neste caso, sem o conhecimento ou autorização dos retratados nas imagens), muito menos através de uma espécie de mosaico de imagens, numa caricatura previsível de José Sócrates.

Ao chegar ao 3.º interrogatório, as imagens de 2017 mostram o arguido José Sócrates, visivelmente desgastado, mais agressivo comparativamente às imagens de 2015 e sem qualquer máscara política, falando bruscamente com o procurador Rosário Teixeira. O trecho correspondente a estas imagens (ilegais), ao invés de se focar numa ou duas afirmações que corroborassem o *off* anterior⁵³, arrasta-se ao longo de 3:11 minutos, pondo em causa «a dignidade das pessoas através da exploração da sua vulnerabilidade psicológica, emocional ou física» (Estatuto do Jornalista, art.º 14, nº2).

Identificamos algumas técnicas narrativas que poderiam ter sido adaptadas, de forma a construir um discurso mais multifacetado. Exemplo disso é a história dos contratos alegadamente fraudulentos entre o Governo e o Grupo Lena para a construção do Parque Escolar. Um *off* que dá algum enquadramento sobre o tema, seguido de imagens do inquérito no qual o procurador e Sócrates discutem.

⁵¹ «São ainda deveres do jornalista [...] d) Abster-se de recolher declarações ou imagens que atinjam a dignidade das pessoas através da exploração da sua vulnerabilidade psicológica, emocional ou física» (Estatuto do Jornalista, art.º 14, nº2).

⁵² «O jornalista deve respeitar a privacidade dos cidadãos exceto quando estiver em causa o interesse público ou a conduta do indivíduo contradiga, manifestamente, valores e princípios que publicamente defende. O jornalista obriga-se, antes de recolher declarações e imagens, a atender às condições de serenidade, liberdade, dignidade e responsabilidade das pessoas envolvidas» (Código Deontológico do Jornalismo Português, artigo 10º).

⁵³ «Em 2015, surge a suspeita que José Sócrates e Armando Vara, ex administrador da Caixa Geral de Depósitos, ganharam dois milhões de euros com a aprovação do resort algarvio» (reportagem SIC Notícias, 16 abril 2018).

Um modo jornalisticamente mais interessante de retratar esta questão poderia ter passado por entrevistar fontes do Parque Escolar, do Governo e do Grupo Lena, que se prestassem a serem filmadas ou ainda o presidente do júri do concurso público do Parque Escolar. Outra hipótese seria falar com especialistas ou analistas do mercado de construção que explicassem a pouca expressão do Grupo Lena no mercado da construção e a consequente incoerência com os elevados pagamentos por parte do Governo.

Mostrar o embaraço de vários intervenientes na alegada fraude, quando confrontados com factos e perguntas diretas, poderia ter tido mais impacto do que apresentar apenas as atitudes incorretas de um dos intervenientes na história.

Analisando outras reportagens, verificamos que a utilização de entrevistas nas quais os intervenientes desmentem factos que o jornalista consegue provar como verdadeiros têm um maior impacto no público. Se olharmos para o documentário *Inside Job*, de Charles Ferguson, vemos um exemplo claro e conseguido desta técnica.

No caso do trecho da reportagem da SIC sobre o grupo Lena, o único fator de novidade é a humanização do político José Sócrates e o prazer que o público pode retirar ao vê-lo ser julgado em horário nobre por milhões de portugueses. O interesse informativo, de construção de notícia e conhecimento acrescentado parece-nos reduzido. Para reportar a verdade a 360°, seria aconselhável o uso de várias perspetivas que, juntas, confluíssem para o ângulo escolhido, e permitissem, a quem lê ou vê, reconstruir a realidade a partir de conclusões retiradas das várias perspetivas apresentadas. O compromisso com a verdade não pode passar apenas pela tese do Ministério Público, esta tem de ser desconstruída e explicada ao público. De outro modo, o Quarto Poder está a adotar a estratégia estadista de falar para massas ignorantes como forma de fortalecer o seu ponto de vista e influência.

Na sua globalidade, a reportagem aparenta ser mais uma desculpa para mostrar as imagens dos inquéritos a José Sócrates. Trata-se de um espetáculo dissimulado de jornalismo que instiga o espectador a ser isso mesmo, um *voyeur*, um curioso que, mais do que procurar informar-se, procura a narrativa sórdida da queda de um homem que, culpado ou não, tem direito à sua dignidade.

1.1.3 A resposta da SIC

A 24 de abril de 2018, Ricardo Costa, diretor de informação da SIC, defendeu em direto, numa entrevista a Rodrigo Guedes de Carvalho, a posição da SIC Notícias. O então

diretor de informação da SIC Notícias frisa a importância e o interesse público indiscutível daquele que apelida «o processo mais grave da democracia portuguesa [...] que envolve a maior falência bancária do pós 25 de Abril e o colapso daquela que era a segunda empresa mais importante de bolsa de Lisboa». Segundo Ricardo Costa, as imagens já não se encontravam em segredo de justiça porque tinha sido feita uma acusação oficial.

O Ministério Público acabaria por afirmar que a ilegalidade está na transmissão da gravação do som da audiência ou ato processual, ou seja, o fim do segredo de justiça permite exercer a liberdade de imprensa apenas na medida em que se pode relatar o que se passou no inquérito. Apesar das imagens não se encontrarem em segredo de justiça, foram gravadas para fins judiciais, sem que o órgão judicial ou o interrogado dessem autorização para a sua transmissão na televisão.

Ricardo Costa concorda que a situação de interrogatório põe os visados sob stresse e numa posição de inferioridade, o que levou a uma ponderação aturada sobre mostrar as imagens. Salvaguarda ainda que foram escolhidas apenas as imagens que serviam para contar o enredo da Operação Marquês e que «nós não passamos inquéritos, nós usamos inquéritos».

1.2 Reportagem de informação no programa de entretenimento *Querida Júlia*

1.2.1 O entretenimento como fonte de rendimento e distração

Neste caso, além da violação da presunção de inocência de um alegado culpado, pelo relato unilateral da narrativa, interessa-nos perceber, dentro da esfera da autorregulação jornalística, a impossibilidade de imputar aos responsáveis a culpa por questões regulamentares.

A propagação quase viral de formatos de entretenimento, como o deste programa, pode ser explicada por dois fatores essenciais. Por um lado, a necessidade de receitas publicitárias por parte dos órgãos de comunicação social, por outro, a procura de um escape, por parte de um público que já não suporta o esforço de tentar entender a informação.

Em relação à necessidade de investimento publicitário, podemos afirmar que, tanto televisões como imprensa, procuram-no cada vez mais. No caso de *Querida Júlia*, estamos perante o que Gaye Tuchman apelida de *light news* ou «human interest story» (Tuchman, 1973:114). Este tipo de histórias atrai audiências e investidores.

Também os políticos começaram a aproveitar esta pequena brecha na muralha do Quarto Poder para chegar de outra forma aos eleitores. Como explicam Kees Brants e Peter Neijens, «there was a time when politics was a topic only for serious informative genres such as news, current affairs, and other informative programs. But in modern day television and political campaigning, politicians no longer shun entertainment programs» (Brants, Neijens, 1998:150). A grande diferença entre *hard e soft news*, segundo Frank Luther Mott, citado por Tuchman, é, portanto, que «a hard news story is interesting to human beings and a soft news story is interesting because it deals with the life of human beings» (Tuchman, 1973:114). Esta afirmação leva-nos a refletir na segunda razão pela qual formatos de entretenimento, onde histórias de vida são também notícias, têm vindo a crescer exponencialmente.

Na sociedade atual, pautada por um contacto constante com nova informação, ritmos de vida acelerados e tempo de atenção reduzido, as pessoas sentem necessidade de um escape. Este surge, tantas vezes, em momentos de lazer em frente da televisão. Se, inicialmente, o público escolhia descontraír com o entretenimento e informar-se com as notícias, esta fronteira tem-se diluído sempre cada vez mais. A tolerância à informação pura e dura tem vindo a diminuir e o público procura entreter-se também através da informação. Formatos de entretenimento, como o *Querida Júlia*, difundem assim este género enviesado de informação, com relatos unilaterais, criados para atrair a atenção, ao invés de formar uma consciência crítica, abordando tantas vezes, como no caso que analisaremos, histórias trágicas de crimes violentos.

1.2.2 Enquadramento do caso

O programa *Querida Júlia* da SIC, na edição de 26 de agosto de 2013, contou com a presença em estúdio de Joana Salgado. Aquela que hoje é o rosto da luta contra a violência doméstica em Portugal apareceu pela primeira vez em público, a contar a sua história, nesta edição. Joana Salgado é apresentada como vítima de violência doméstica, tema que, nesse dia, foi objeto de reflexão no espaço regular de comentário sobre casos policiais com o especialista Paulo Sargento dos Santos.

Após o programa ter ido para o ar, o marido de Joana Salgado, Hélder José Banha Coelho, apresentou queixa à ERC, alegando que «a entrevista, pelos seus contornos e por permitir a identificação do queixoso e pelo teor das afirmações que nela foram produzidas conduziram a um “assassinato de carácter do ora queixoso”», afirmando ainda que «qualquer preocupação dos seus autores de conhecer a versão do “agressor” e a sua

conexão com processos judiciais em curso (ou já julgados) não foram relatados na forma de “suspeita”, o que poderia ser já pouco curial pelas repercussões que poderiam causar, mas na forma de certeza, procedendo-se a um verdadeiro *trial by television*» (cf. Deliberação ERC/2016/223 (CONTJOR), de 12 outubro).

Aquando a realização da reportagem do *Querida Júlia*, Hélder José Banha Coelho estava, de facto, a ser julgado por violência doméstica. A sentença, no entanto, não transitara ainda em julgado e uma testemunha negava os factos relatados. Antes deste processo o ex-marido de Joana Salgado tinha ainda atravessado dois processos judiciais. O primeiro fora extinto por desistência das partes e o segundo absolvera-o. Nenhum destes factos é referido no programa.

Numa deliberação, datada de 12 de outubro de 2016, a ERC afirma que «ainda que esteja em causa um programa de entretenimento, a SIC deveria ter respeitado a presunção de inocência de que o queixoso beneficiava, assegurando uma ética de antena que garantisse o respeito pelos direitos fundamentais» (cf. Deliberação ERC/2016/223 [CONTJOR], de 12 outubro).

1.2.3 Descrição do programa

A rubrica de análise criminal do *Querida Júlia* pretende informar e ser um espaço de debate de temas da atualidade, dentro de um programa de entretenimento. Nenhum dos presentes em estúdio é um profissional do jornalismo, detentor de carteira profissional e obrigado a seguir o código deontológico da profissão. Paulo Sargento dos Santos é Psicólogo e Neuropsicólogo Clínico e Forense e Florbela Oliveira é consultora da Segurança Social. Quanto à apresentadora, Ana Marques, pode ser considerada uma profissional da comunicação cuja atividade não se rege pelo Código Deontológico do Jornalismo nem pela Lei de Imprensa. A atividade de Ana Marques também não pode ser regulada pela CCPJ, por não ter carteira profissional, nem pela ERC, por não ser uma empresa de comunicação. Ainda assim, todos os presentes estão numa posição de destaque que, neste caso, lhes confere credibilidade junto do público.

A rubrica começa com uma peça de 50 segundos durante a qual uma voz-*off* conta a que Joana Salgado foi vítima de violência doméstica ao longo de oito anos às mãos do marido militar. O relato é ilustrado através de uma encenação de luta entre um homem e uma mulher, em efeito sombra, atrás de uma cortina. Ao longo da peça surgem ainda

recortes de jornais com notícias que dão conta dos acontecimentos e uma frase, em grafismo, onde se lê: «um dos filhos menores viu a mãe a ser agredida pelo pai».

Após a *voz-off* afirmar que da última agressão a Joana Salgado resultou a amputação de um dedo, explica que a mesma perdeu ainda o rendimento de inserção da Segurança Social, conquanto se encontrasse numa situação de precariedade. Voltando a estúdio, Joana Salgado relata algumas das agressões, salientando a primeira, na qual o marido alegadamente assegurou saber fazer as coisas «de maneira a deixar poucas marcas ou nenhuma», e ainda as agressões às quais os dois filhos do casal assistiram.

Em nenhum momento da peça ou da conversa em estúdio se põe em prática o dever do contraditório, nem há mais nenhuma fonte de informação para além da vítima. O relato unilateral é construído a partir de um único testemunho, violando várias regras básicas do bom jornalismo e construindo uma narrativa quase sentimental.

Na deliberação da ERC, pode ler-se que Hélder José Banha Coelho «só teve conhecimento dos factos noticiados posteriormente à difusão dos mesmos, nunca antes tendo sido contactado por qualquer jornalista ou por colaborador dos denunciados e, muito menos, convidado a apresentar, também ele, a sua versão, ignorando em absoluto que seria visado nesse programa» (cf. Deliberação ERC/2016/223 [CONTJOR], de 12 outubro).

No entanto, a violação destas regras, neste caso específico, não pode ser considerada propriamente uma violação, porque não estamos num campo jornalístico. O problema é que o público pode ter dificuldade em fazer esta distinção e convencer-se de que está a ser informado, no verdadeiro sentido da palavra.

Numa deliberação da ERC, relativa a um caso semelhante, lê-se: «[é] certo que se trata de um programa de entretenimento. Em consequência, espera-se que os destinatários saibam desconstruir a mensagem e perceber que estão em presença de um relato unilateral, baseado na visão de alguém que diz ter sofrido má gestão financeira do seu cônjuge (relato esse que, como é compreensível não é isento, comportando, outrossim, uma dose de emoção). Todavia, quando um órgão de comunicação social lhe decide dar eco, aumenta exponencialmente a sua ressonância e a lesão ao bom-nome dos visados. Nesta medida, e independentemente do formato ou natureza que o programa possa assumir, devem ser observados os princípios e normas relativas ao exercício de actividade de comunicação social» (cf. Deliberação 12/CONT-TV/2011, de 16 março).

Ao deliberar sobre o caso de Joana Salgado, a ERC considerou ainda a existência de omissão de informações importantes, que deveriam estar presentes se, como defende a SIC, o *Querida Júlia* pretende ser «um programa de entretenimento com rubricas que versam sobre temas da atualidade e de interesse público» (cf. Deliberação 12/CONT-TV/2011, de 16 março). Uma destas informações é a que o Estatuto de Vítima de Violência Doméstica atribuído a Joana Salgado não obriga a que as alegações da vítima estejam provadas. Ou seja, pelo enquadramento que faz do caso e pela construção da narrativa, o programa acaba por dar como provadas alegações que nem o tribunal, nem a Segurança Social tinham provado à data da transmissão.

O facto de metade da conversa ter versado sobre este assunto constitui Uma das defesas da SIC contra a deliberação da ERC prende-se com o facto de apenas metade da conversa em estúdio se focar na história das agressões a Joana Salgado, partindo depois para outra questão muito mais específica. O canal de Paço de Arcos afirma: «a rubrica visada não versava o tema da violência doméstica *in natura*, mas sim a forma como a vítima perdeu o Rendimento Social de Inserção (RSI) atribuído após a apresentação da queixa. Releva-se a presença, no direto, da Economista e Consultora da Segurança Social, Senhora Dr.^a Florbela Oliveira» (cf. Deliberação ERC/2016/223 (CONTJOR), de 12 outubro).

1.2.4 A falta de regulação da informação transmitida por não jornalistas, em meios de comunicação social

A situação mais alarmante, no caso da reportagem do programa *Querida Júlia*, prende-se com uma ineficiência dos órgãos de regulação do jornalismo. Como observámos no ponto 3 do primeiro capítulo, a ERC regula «todas as entidades que, sob jurisdição do Estado Português, prossigam atividades de comunicação social» (Art.º 6º dos Estatutos da ERC). Já a Comissão da Carteira Profissional é um organismo de regulação da atividade dos jornalistas, enquanto pessoas singulares. Neste caso, por se tratar da responsabilidade profissional de indivíduos e não de uma organização de comunicação, o processo seria passado para a Comissão da Carteira Profissional. A questão é que apenas a ERC faz análise de entretenimento, a CCPJ regula apenas as infrações praticadas por jornalistas e não por profissionais da comunicação em geral, nem do entretenimento (ainda que atualmente as fronteiras sejam cada vez mais perigosamente fluídas). Em suma, os intervenientes na rubrica do programa *Querida Júlia* ficam isentos de qualquer responsabilização.

Apesar de a ERC ter considerado estar na presença de falta de informação importante para o contexto da reportagem, da violação do direito de contraditório e da violação da presunção de inocência de Hélder José Banha Coelho, o processo concluiu-se apenas com um instar da ERC por incumprimento de rigor informativo.

Marta Carvalho, jurista da ERC, explica que «estas são rubricas perigosas, porque transmitem informação que não é tratada como tal, fazendo-a passar por algo que os telespectadores percecionam como credível, sólido e consistente, mas que não é mais que um relato unilateral».

Ao relatar um caso da sua vida pessoal, Joana Salgado fez um conjunto de imputações, em direto, ao marido, sem mencionar que estava a decorrer um processo judicial contra o mesmo, do qual ele acabaria por ser absolvido⁵⁴.

Marta Carvalho alerta ainda para o facto de, neste caso, não haver uma obrigação para com os deveres deontológicos do jornalismo, por estarmos perante profissionais que não são jornalistas, ainda que estejam a transmitir informação.

A ERC acabou por se limitar a comunicar ao operador a impossibilidade de transmitir este tipo de informação, veiculada como tal, dentro de um programa de entretenimento, sem acautelar certas e determinadas regras⁵⁵.

Neste caso há, portanto, uma profunda exploração da empatia humana, do sentimento de alívio das audiências por não se encontrarem nas situações descritas e também um certo *voyeurismo*, ainda que diferente do caso das imagens dos inquéritos de José Sócrates, analisadas anteriormente.

De qualquer forma, tal como no caso do inquérito ao ex-primeiro-ministro, que se enquadrava na categoria de *hard news*, o caso da *Querida Júlia*, ainda que seja

⁵⁴ «No dia 10 de junho, o queixoso remeteu ao processo aberto na ERC informação sobre os processos judiciais ainda em curso relacionados com a matéria noticiada. Já constava do processo informação quanto ao desfecho de dois processos anteriores, um dos quais findou com uma decisão de arquivamento e outro com a absolvição do arguido. Veio posteriormente o Denunciado informar a ERC que tinha sido produzida decisão de arquivamento no último processo que se encontrava em curso (referente aos factos ocorridos a 10 de agosto “sobre que versaram as notícias e a reportagem denunciadas”).» (ERC/2016/223 (CONTJOR))

⁵⁵ «Tendo apreciado uma Queixa subscrita por Hélder José Banha Coelho, contra a SIC, propriedade de SIC – Sociedade Independente de Comunicação, S.A., o Conselho Regulador delibera, pelos motivos expostos, e ao abrigo do disposto nos artigos 7.º, alínea d), e 24.º, n.º 3, alínea a), dos Estatutos anexos à Lei n.º 53/2005, de 8 de novembro, considerar que, ainda que esteja em causa um programa de entretenimento, a SIC deveria ter respeitado a presunção de inocência de que o queixoso beneficiava, assegurando uma ética de antena que garantisse o respeito pelos direitos fundamentais.» (ERC/2016/223 (CONTJOR))

considerado *soft news*, coloca o espectador numa posição passiva, alguém que mais do que informação procura entretenimento.

2. Análise comparativa

Dissemos que a presunção de inocência é difícil de identificar porque é uma consequência cumulativa. Ou seja, pela prática de outras violações pode-se incorrer na violação da presunção de inocência. Em ambos os casos de estudo, alguns limites deontológicos foram ultrapassados.

Observámos que não são as infrações legais as que mais podem inquietar o espectador, mas sim elementos na construção das narrativas, que subvertem o conceito de informação, apresentando-o como espetáculo. De seguida, aprofundamos alguns pontos que nos pareceram contribuir para esta espetacularização da informação.

2.1 Exploração de intervenientes em situações delicadas

Em ambos os casos, estamos perante duas pessoas numa situação frágil. Seja pelo longo processo de interrogatório, seja pela condição precária de vítima de violência doméstica, os protagonistas das narrativas encontram-se emocional e psicologicamente fragilizados.

No caso da SIC Notícias, o grande enfoque que é feito nos momentos de fúria de José Sócrates deixa-nos a impressão de que há uma «seleção das informações com base no critério da audiência em detrimento do critério da importância» (Camponez, 2011:126). Em alguns momentos, quando as imagens dos inquéritos se prolongam por mais tempo, temos mesmo a sensação da existência de cortes e montagens de imagens que parecem apelar à emoção, ao desconforto do público e antipatia perante a personagem representada.

A situação do Querida Júlia é um exemplo de como as «transformações na indústria dos media [...], que exaltam o actual recurso ao sensacionalismo, à “tabloidização” e ao *infotainment*, repercutem-se, consequentemente, na invasão da vida privada, por parte da comunicação social» (Araújo, 2010:85). Neste caso, a protagonista da *notícia*, Joana Salgado, encontra-se numa posição delicada, que é explorada através da humanização e personalização do problema.

Pelas características inerentes ao formato de entretenimento, onde se enquadra o *Querida Júlia*, os temas tratados são dramatizados. As histórias querem-se pessoais e exploram os sentimentos, medos e fragilidades dos convidados.

Na história de Joana Salgado, o ângulo oficial centrava-se na impossibilidade das vítimas de violência doméstica continuarem a receber o Rendimento Social de Inserção depois da regulação do poder paternal, com a qual perdem o Estatuto à Vítima. No entanto, a situação é relatada a partir de episódios pessoais de violência doméstica e detalhes dramáticos que envolvem os filhos. Podemos observar um exemplo desta situação quando, interrompendo a convidada que falava da violência doméstica no geral, Ana Marques pergunta «um dos seus filhos estava ao seu colo uma das vezes [em que o marido lhe bateu] não estava?», e Joana Salgado responde: «Dessa vez, não».

Em ambos os exemplos analisados há um interesse público dos temas e a vida pessoal de cada um dos protagonistas acaba por fazer parte desse interesse, mas de formas diferentes. José Sócrates não procurou a exploração de pormenores pessoais da sua vida, mas pelo cargo que ocupa viu-se escrutinado. Joana Salgado falou voluntariamente da sua situação pessoal de violência doméstica, tornando-a pública e exemplo para outras pessoas. Apesar do inegável interesse de ambas as histórias, a forma como o pessoal é trazido para o espaço público parece-nos demasiado alicerçada na exploração da fragilidade dos visados, promovendo uma perceção da verdade hiperbolizada.

2.2 Relato unilateral dos factos

O conceito de verdade é poliédrico e paradoxalmente absoluto. Isto é, há uma verdade factual e um modo de a veicular, de modo a que o conteúdo não se desvirtue e a eficácia da comunicação seja assegurada. Além disso, um facto é quase sempre a consequência de uma série de eventos. Em ambos os casos, identificamos um relato preponderantemente unilateral. No entanto, ao passo que, no caso de José Sócrates, as imagens dos inquéritos foram seguidas de duas reportagens que aprofundaram a história e revelaram outros pontos de vista, no caso do *Querida Júlia*, assistimos a um debate e à formulação de juízos e afirmações apenas a partir da versão de Joana Salgado.

Ainda assim, a sensação é que em ambas as situações se perde a dimensão poliédrica da verdade. A fim de relatar a verdade, os jornalistas ignoram outras *verdades* que em torno dela gravitam. O relato unilateral dos acontecimentos traduz-se em

narrativas tendenciosas que não deixam espaço ao direito de contraditório e revelam meias verdades.

2.3 Dificuldade em regular

Nas duas situações práticas analisadas assistimos a violações da presunção de inocência difíceis de regular, ainda que por razões diferentes.

Relativamente às imagens passadas pela SIC Notícias, o caso foi alvo de um inquérito aberto pelo Ministério Público, na sequência da utilização de peças processuais de um inquérito sem a autorização do visado. A intervenção de um regulador, neste caso um órgão constitucional, foi justificada pela ocorrência de um crime de desobediência e não pela violação da presunção de inocência. O que acontece é que o órgão constitucional procurou identificar e regular os crimes cometidos que fossem puníveis pelo Código Penal. Ora a violação da presunção de inocência quando ocorre fora do processo penal, ainda que viole a alínea c) do ponto 2 do 14º artigo do Estatuto do Jornalista, não é condenada pelo Código Penal.

A violação deontológica que se verifica neste caso parece quase relegada para segundo plano. Nas deliberações da ERC e da CCPJ, não encontramos registos relativos à publicação das imagens dos inquéritos.

Parece-nos que, mais do que a urgência em levar o caso a tribunal, seria importante julgá-lo também pelas violações diretamente relacionadas com o âmbito jornalístico. Apesar de a autorregulação correr «o risco de ser a expressão de uma forma unilateral de regulação, baseada mais na interpretação corporativista dos valores sociais do que num diálogo com a sociedade» (Camponez, 2011:123), a secundarização das normas deontológicas a que assistimos na resolução prática do caso dos inquéritos parece-nos diminuir a força com que importância da deontologia é percecionada pela opinião pública. Parafraseando a presidente da CCPJ, “o jornalismo não está limitado ao tempo e ao modo da justiça, mas não pode abdicar da sua ética nem perder de vista os direitos atendíveis”.

No caso da reportagem do *Querida Júlia*, a dificuldade de regulação prende-se com impossibilidade de imputar responsabilidades a nível deontológico. A construção de uma narrativa unilateral, a espetacularização da história ou o julgamento televisivo, paralelo ao do tribunal, são infrações cometidas por profissionais que não são jornalistas e, por isso, não estão obrigadas a regerem-se por determinados códigos de conduta. Ainda que, por razões diferentes do primeiro caso, voltemos a assistir a uma situação na qual o

visado pode recorrer ao tribunal para apresentar queixa por devassa da vida privada ou difamação, a nível de pareceres deontológicos, nem a ERC nem a CCPJ podem atuar.

Apesar de estarmos perante um programa de entretenimento, onde se espera «que os destinatários saibam desconstruir a mensagem e perceber que estão em presença de um relato unilateral» (cf. Deliberação 12/CONT-TV/2011, de 16 março), isso nem sempre acontece. Aos olhos do público, o que lhes é transmitido nestas rúbricas é informação e os apresentadores dos programas são jornalistas. Muitos, além de desconhecerem o trabalho de órgãos como a ERC e a CCPJ, podem mesmo pensar que existe uma falta de interesse da parte da comunidade jornalística relativamente às infrações cometidas pelos seus supostos “pares”.

Mais uma vez, perante a opinião pública, a deontologia jornalística reveste-se de uma imagem de fragilidade e pouca relevância. A dificuldade em usar a deontologia como principal instrumento de combate à violação da presunção de inocência pode ser uma barreira à consciencialização da opinião pública para a função de serviço público que o jornalismo tem na sociedade.

Através da análise destes elementos em comum nos casos práticos, bem como através de um olhar aos processos que chegaram ao Supremo Tribunal e aos tribunais da relação, acreditamos na existência de um modelo de violação da presunção de inocência que se repete. Este não consiste necessariamente na verificação de todas as situações relevadas nos casos práticos (podem até surgir outras), mas sim em quadros constituídos por infrações consecutivas e cumulativas que desenham um relato hiperbolizado, pela metade, sensacionalista e eticamente pouco regulado, da verdade.

IV. Conclusões

A investigação relativa ao conceito de presunção de inocência, à sua evolução no tempo e ao papel que desempenha na salvaguarda dos direitos constitucionais da pessoa, levou-nos a concluir que este representa uma realidade muito conceptual e restrita. Isto é, o conceito ganha o seu pleno significado apenas dentro dos tribunais e no âmbito de um processo penal. No entanto, levou-nos a uma reflexão sobre a regulação dos limites éticos e deontológicos do jornalismo no nosso país, o modo como esta é percecionada pelo público e o compromisso pessoal de cada jornalista para com os valores da profissão.

Ao constatar que no quotidiano os cidadãos não estão sujeitos a respeitar a presunção de inocência, a não ser que a moral privada de cada um assim o determine, tornou-se evidente que *presunção* de inocência não é sinónimo de *perceção* de inocência. Esta perceção, no entanto, pode ser condicionada pela cobertura noticiosa de certos casos, conferindo ao discurso mediático simultaneamente um grande poder e uma grande responsabilidade.

A imposição moral e deontológica de um código profissional à classe jornalística parece-nos assim mais produtiva do que apenas um controlo legal. No entanto, a ideia de «uma comunidade moral, cuja especificidade assenta no exercício de uma profissão» (Camponez, 2011:31), que poderia criar um sentimento de pertença nos jornalistas, na prática não parece ser exequível. Esta situação pode ser consequência, por um lado, da falta de interesse de alguns profissionais, por outro, da ação de alguns órgãos de comunicação social, que entendem o jornalismo apenas como uma atividade económica.

O crescimento da concorrência no campo jornalístico deu origem a novos cenários de produção noticiosa, onde tantas vezes a noção de outro e a ética são esquecidas. Por vezes, este tipo de comunicação constringe os jornalistas a desviarem-se dos princípios deontológicos da profissão, por se verem reféns das dinâmicas comerciais dos próprios órgãos de comunicação social para os quais trabalham. Estes profissionais estão pouco tutelados em virtude de uma clara divisão de campo de ação entre ERC e CCPJ.⁵⁶

As vítimas das violações do código deontológico desconfiam cada vez mais da ética jornalística, confiando as denúncias maioritariamente aos tribunais. O reduzido

⁵⁶ Enquanto a ERC regula órgãos de comunicação social e empresas de comunicação, a CCPJ regula a ação dos jornalistas enquanto pessoas singulares. No entanto, a ação de um jornalista pode ser muito condicionada pelo órgão de comunicação para o qual trabalha. Neste sentido a pouca interação entre a ERC e a CCPJ pode deixar os profissionais menos tutelados do que seria o ideal.

número de processos abertos na ERC e na CCPJ revela ainda a falta de confiança, ou interesse, por parte dos queixosos, no papel regulador destes órgãos. O que nos revelou uma regulação cada vez mais legalista da ação jornalística e das violações éticas por esta cometidas.

Parece-nos que, em Portugal, a lei ainda tem um peso mais significativo do que a deontologia, no que toca a regulação do jornalismo. Auto e hétero-regulação estão muito interrelacionadas numa proximidade que, longe de ser ideal, confunde jornalistas e cidadãos.

A CCPJ e a ERC têm, por um lado, um pendor de autorregulação⁵⁷ e, por outro, o estatuto de órgãos públicos de regulação orientados pela lei. Documentos como o Estatuto do Jornalista trouxeram «para o quadro legal, a fiscalização das regras éticas e deontológicas, que regem a profissão de jornalista» (Araújo, 2010:62). Nesta relação quase simbiótica entre deontologia e lei parece-nos relevante, como defende Leonete Botelho, que quem regula «conheça bem as realidades da profissão e que a lei seja o mais próxima possível da realidade, para que não descolem uma da outra».

No entanto observamos uma deontologia ainda mais próxima da lei do que da autorregulação. O público, para efeitos de regulação, recorre maioritariamente aos tribunais, o Sindicato dos Jornalistas tem um poder muito reduzido e poucos órgãos de comunicação social possuem um livro de conduta próprio. Apercebemo-nos que a lei ainda é percecionada como o processo mais eficaz e sólido no combate à violação da presunção de inocência.

A análise dos casos práticos mostrou-nos como a complexidade do processo narrativo pode levar à acumulação de um maior número de violações morais do que legais. No entanto, são as fragilidades do jornalismo que, qual rachas num objeto, deixam entrar e sair a luz. Se, por via das novas dinâmicas de comunicação, estas rachas têm aumentado, parece-nos que o repensar da regulação jornalística deva ser feito à luz que delas entra.

Para que as aberturas não aumentem nem diminuam, de forma a não quebrar o objeto nem obstruir a luz, a solução mais adequada parece ser a de um reforço a partir do

⁵⁷ Através da nomeação da jornalista Leonete Botelho para o cargo de presidente, em dezembro de 2018, a CCPJ conseguiu assegurar uma posição mais próxima da autorregulação da atividade jornalística. Segundo o jornal Público «é a primeira vez em 23 anos funcionamento da CCPJ que o organismo é presidido por um jornalista e por uma mulher» (site do jornal Público, 22 janeiro 2019)

interior. O sistema mediático sairia beneficiado com uma maior aproximação entre a ERC, a CCPJ e as redações. O trabalho conjunto de profissionais destas três realidades poderia levar à redação de um documento de autorregulação criado em parceria entre reguladores e regulados, num compromisso bilateral com a missão de servir melhor a sociedade.

A falta de diálogo entre regulados e reguladores, a crença, cada vez mais infundida no público, que apenas os tribunais conseguem orientar a ação dos jornalistas e o facto das entidades reguladoras não se debruçarem sobre o entretenimento, tem vindo a gerar uma hibridez cada vez maior de conteúdos. Informação que é transmitida como entretenimento e vice-versa bem como a espetacularização da realidade têm vindo a aumentar as dificuldades já evidentes na relação de confiança que se pressupõe necessária entre jornalistas e consumidores de notícias.

No entanto, independentemente das alterações do mercado, da velocidade crescente imposta ao trabalho dos jornalistas, do aumento da concorrência ou de uma sofreguidão pelo espetáculo mediático, a ética jornalística deve repensar-se a fim de assumir o papel de levantar as inquietações necessárias para que a profissão não deixe nunca de ser «um lugar possível de luta pela dignidade da pessoa humana» (Mesquita, 1995:124).

V. Bibliografia

- ANDRADE, J.C. (1995). A problemática dos Direitos da pessoa e a Comunicação Social na Perspectiva Jurídica in CORREIA, A. F. (1995) *Os Direitos da Pessoa e a Comunicação Social*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa: Edições Asa
- ARAÚJO, C. (2010). *Os crimes dos Jornalistas, uma análise dos Processos Judiciais contra a Imprensa Portuguesa*, Coimbra: Editora Almedina
- BAPTISTA, C. (2003). "Os Outros do Jornalismo", in Revista Media & Jornalismo nº 3 - Jornalismo em Tempo de Guerra, 103-11, Minerva Coimbra
- BAPTISTA, C. (2018) *Tendências do Jornalismo de Investigação Televisivo a Partir do Estudo de Caso da Reportagem da TVI "Segredo dos Deuses"* in Media&Jornalismo, N.º 32, VOL.º 18, N.º 1, Lisboa, pp. 95-104
- BRANTS, K., NEIJENS, P. (1998). *The Infotainment of Politics* in Political Communication, 15:2, pp. 149-164, London: Routledge Taylor and Francis Group
- CAMPONEZ, C. (2011) *Deontologia do Jornalismo: a autorregulação frustrada dos jornalistas portugueses (1974-2007)*, Coimbra: Almedina
- CAMPONEZ, C. (2018) *Novas responsabilidades do jornalismo face à liquidificação dada profissão – Fundamentos normativos, valores, formação*, in Media&Jornalismo, N.º 32, VOL.º 18, N.º 1, Lisboa
- CASTANHEIRA NEVES, A. (1967). *Sumários de Processo Penal*, Coimbra
- COELHO, S. P. (2005). *Jornalistas e Tribunais*, Lisboa: Quetzal Editores
- COHEN, E. (2004). *What Would Cronkite Do? Journalistic Virtue, Corporate News, and the Demise of the Fourth Estate* in ADAM, G.S., CRAFT, S., COHEN, E. (2004). Three Essays on Journalism and Virtue, in *Journal of Mass Media Ethics*, 19(3), 247-275
- CORREIA, J. C. (2000). "O poder do jornalismo e a mediatização do espaço público", in *Revista de Comunicação e Linguagens*, (27), 193–212.
- CORREIA, A. F. (1995) *Os Direitos da Pessoa e a Comunicação Social*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa: Edições Asa
- ESTEVES, J. P. (1998). *A ética da comunicação e os media modernos: o campo dos média e a questão da legitimidade nas sociedades complexas*. Tese de doutoramento em Ciências da Comunicação, FCSH-UNL, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 497 pp.
- FERREIRA, M. C. (1986). *Curso de processo penal, vol. I*, Lisboa: Editorial Danúbio, Lda

- FIDALGO, J. (2006). *O lugar da ética e da auto-regulação na identidade profissional dos jornalistas*, Tese de doutoramento em Ciências da Comunicação na Área de Conhecimento de Artes e Técnicas da Comunicação, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Minho, 652 pp.
- GLASSER, T. L., & ETTEMA, J. S. (2008). “Ethics and eloquence in journalism: An approach to press accountability”, in *Journalism Studies*, 9(4), 512–534.
- HACKETT, R., ZHAO, Y. (1996). “Journalistic objectivity and social change”, in *Peace Review: A Journal of Social Justice*, 8:1, 5-11
- KANT, I. (2007). *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, Lisboa, Edições 70
- MARTINS, F. (2006). *A geração da ética: três anos como provedor dos leitores do "Jornal de Notícias"*, Coimbra: Minerva Coimbra
- MARTINS, P. (2013) *O Privado em Público – Direito à Informação e Direitos de Personalidade*, Tese de doutoramento em Ciências Sociais na especialidade de Ciências da Comunicação, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 282 pp.
- MCQUAIL, D. (1997). “Accountability of Media to Society: Principles and Means”, in *European Journal of Communication*, Vol.12, Issue 4, pp. 511-529
- MCQUAIL, D. (2000). *Mass Communication Theory* [4a edição]. Londres: Sage in FIDALGO, J. (2017). Notas sobre “O lugar da ética e da auto-regulação na identidade profissional dos jornalistas.”, in *Comunicação e Sociedade*
- MCQUAIL, D. (2003). “Public Service Broadcasting: Both Free and Accountable”, in *Javnost - The Public*, Vol.10, 3, pp. 13-28
- MIRANDA, J. (2018). *O Papel dos Jornalistas na Regulação da Informação. Caracterização Socioprofissional, Accountability e Modelos de Regulação em Portugal e na Europa*, Tese de doutoramento em Ciências da Comunicação, Universidade de Coimbra, Coimbra, 645 pp.
- MIRANDA, J. (2018). “Regulação participada e regulação em parceria como resposta aos desafios da profissão”, in *Media&Jornalismo*, N.º 32, VOL.º 18, N.º 1, Lisboa
- MESQUITA, M. (1995). A problemática dos Direitos da Pessoa na perspetiva das estratégias e da retórica da Comunicação Social in CORREIA, A. F. (1995) *Os Direitos da Pessoa e a Comunicação Social*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa: Edições Asa
- MESQUITA, M. (2003). *O quarto equívoco: o poder dos media na sociedade contemporânea*, Coimbra: Minerva Coimbra
- OLIVEIRA, F. (2012). *O princípio da presunção de inocência em sede do processo de mediação penal*, Tese de mestrado em Direito Penal, Universidade Católica Portuguesa Centro Regional do Porto, Porto, 48 pp.

PAIXÃO, B. (2015). *A Mediatização do escândalo político em Portugal no período democrático*, Tese de doutoramento em Ciências da Comunicação no ramo de Estudos do Jornalismo, Universidade de Coimbra, Coimbra, 399 pp.

PINA, C. (2015). *A presunção de inocência nas fases preliminares do processo penal: tramitação e actos decisórios*, Tese de mestrado em Direito, Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 111 pp.

PRITCHARD, David (ed.) (2000a). *Holding the Media Accountable – Citizens, Ethics and the Law*. Bloomington: Indiana University Press in FIDALGO, J. (2017). Notas sobre “O lugar da ética e da auto-regulação na identidade profissional dos jornalistas.” Comunicação e Sociedade

RYAN, M. (2009). “Exploring Questions of Media Morality Journalistic Ethics, Objectivity, Existential Journalism, Standpoint Epistemology, and Public Journalism”, in *Journal of Mass Media Ethics*, pp. 37–41

SCHUDSON, M. (2001) “The objectivity norm in American journalism”, in *Journalism* Vol.2 (2): 149-170, University of California

SILVA, G. M. (2013), *Curso de Processo Penal, I*, Lisboa: Editorial Verbo

SONTAG, S. (2015). *Olhando o sofrimento dos outros*, Lisboa: Quetzal

SOUTO MOURA, J. (1990) “A Questão da presunção de inocência do arguido”, in *Revista do Ministério Público*, Ano 11.º, n.º 42

TAVARES, J. M. (2018). “A presunção de inocência e os seus equívocos: o Caso José Sócrates”, in *Brotéria: cristianismo e cultura*, Vol. 186 n.º 4 (abril 2018), p. 484-499

TUCHMAN, Gaye (1973). “Making News by Doing Work: Routinizing the Unexpected”, in *American Journal of Sociology*, 79(1), 110-131.

TUCHMAN, Gaye (1999) in *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*, organização de Nelson Traquina e de Luís Manuel Dionísio, Lisboa: Vega

TRAQUINA, N. (2002), *Jornalismo*, Lisboa: Quimera

TRAQUINA, N. (2002). “Quem Vigia o Quarto Poder”, in *Media, jornalismo e democracia*, Lisboa: Livros Horizonte

Códigos Deontológicos

The Canadian Association of Journalists Ethic Guidelines consultadas em https://caj.ca/images/downloads/Ethics/ethics_guidelines.pdf

Código Deontológico da Federación de Asociaciones de Periodistas de España consultado em <https://fape.es/home/codigo-deontologico/>

Código Deontológico do Jornalismo Português consultado em <https://jornalistas.eu/novo-codigo-deontologico/>

Society of Professional Journalists Code of Ethics consultado em <https://spj.org/pdf/spj-code-of-ethic.pdf>)

Legislação

Constituição da República Portuguesa, consultada em <https://www.parlamento.pt/Legislacao/PAGINAS/CONSTITUICAOREPUBLICAPORTUGUESA.ASPX#art32>

Convenção Europeia dos Direitos do Homem consultada em https://www.echr.coe.int/Documents/Convention_POR.pdf

Declaração Universal dos Direitos do Homem consultada em <https://dre.pt/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>

Decreto-Lei n.º 150/72 de 5 de maio, consultado em https://dre.pt/pesquisa/-/search/230564/details/maximized?p_p_auth=yUoQ9txZ

Decreto-Lei n.º 70/2008 de 15 de abril - Regime de Organização e Funcionamento da CCPJ e da Acreditação Profissional dos Jornalistas, consultado em <https://www.ccpj.pt/media/1043/regulamento-carteira.pdf>

Estatuto do Jornalista – rect. n.º 114/2007 de 20 de dezembro (3ª versão da lei nº1/99 de 1 de janeiro) consultada em http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=136&tabela=leis

Lei n.º 53/2005 de 8 de novembro – Entidade Reguladora da Comunicação Social, consultada em http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=588&tabela=leis&nversao=&so_miolo=

Lei de Imprensa – Lei nº78/2015 de 29 de julho (5ª versão da Lei 2/99 de 13 de janeiro) consultada em http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=138&tabela=leis&so_miolo=

Lei nº 85/2019 de 3 de setembro (78ª versão do Código Civil) consultada em http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=775&tabela=leis

Lei nº 102/2019 de 6 de setembro (49ª versão do Código Penal) consultada em http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=109&tabela=leis&so_miolo=

Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos consultado em http://www.cne.pt/sites/default/files/dl/2_pacto_direitos_civis_politicos.pdf

Notícias consultadas (última consulta a 5 de março de 2020)

<https://www.dn.pt/poder/operacao-marques-mp-acusa-sic-de-desobediencia-ao-divulgar-interrogatorios-11568756.html>

<https://www.dn.pt/portugal/divulgacao-de-videos-de-interrogatorios-crime-sem-castigo-9267023.html>

<https://www.publico.pt/2018/04/17/sociedade/noticia/ministerio-publico-abre-inquerito-a-divulgacao-de-videos-dos-interrogatorios-1810756>

<https://observador.pt/2018/04/16/a-ira-de-socrates-nos-interrogatorios-isto-foi-uma-manha-sua-sr-procurador/>

<https://rr.sapo.pt/2018/04/17/francisco-assis-joao-taborda-da-gama/imagens-do-interrogatorio-de-socrates-e-pornografia-judiciaria-em-horario-nobre/artigo/110950/>

<https://www.publico.pt/2019/01/22/sociedade/noticia/leonete-botelho-nova-presidente-comissao-carreira-profissional-jornalista-1858941>

VI. Anexos

1. Entrevista a Leonete Botelho – Presidente CCPJ

Pela primeira vez, em 23 anos de existência, a CCPJ tem uma presidente que não é jurista, mas sim jornalista. Que novas perspectivas ou abordagens gostaria de trazer para a regulação da atividade jornalística?

Sou jornalista, mas também sou jurista de formação, e só por o ser é que posso presidir à CCPJ, porque a lei assim o exige. O que gostaria era que se tornasse permanente e de pleno direito esta realidade que hoje represento, alterando-se a lei para que a presidência da CCPJ seja sempre ocupada por um jornalista, tal como acontece nas instâncias acreditação e regulação ética e deontológica em todas as outras profissões. Não ser assim é manter um paternalismo político-judicial sobre os jornalistas que não faz qualquer sentido.

Incluir o nº1 do artº14 do Estatuto do Jornalista no campo de ação da CCPJ poderia contribuir para que os jornalistas estivessem mais protegidos?

De uma forma genérica, a resposta é afirmativa. No entanto consideramos que a lei deve ser revista de uma forma mais profunda. Mais do que fazer pequenos ajustes na redação, é preciso repensar alguns conceitos. Estamos a trabalhar nas nossas propostas de alteração legislativa, pelo que é cedo para adiantar posições definitivas. Numa primeira abordagem, diria apenas que é preciso refinar alguns conceitos demasiado abstratos como “informar com rigor e isenção” para que ao seu incumprimento se possa aplicar uma sanção disciplinar.

Enquanto presidente da CCPJ, acredita que é importante articular o trabalho deste órgão com o trabalho da ERC? Se sim, de que forma?

Entendo que é muito importante a vários níveis e temos vindo a desenvolver um trabalho nesse sentido. Desde logo, é importante pelas competências partilhadas que as duas entidades têm em matéria de regulação da atividade jornalística. Mesmo na competência estrita de apreciar o desempenho ético e deontológico do jornalista, partilhamos com a ERC a responsabilidade pelo cumprimento do citado art.º 14º: enquanto a CCPJ aprecia a conduta do jornalista nas matérias elencadas no nº 2, o disposto no nº 1 do mesmo artigo mantém-se fora da alçada desta comissão, ficando por isso na banda larga de competências da ERC. A articulação é também essencial a montante, na classificação das publicações – uma competência da ERC -, mas fundamental para que se possa diferenciar logo à partida o que é um órgão de comunicação social jornalístico ou não jornalístico. A ausência desta classificação legal é prejudicial para a própria democracia – que não tem ferramentas práticas para distinguir o que é jornalismo do que não é. E também dificulta muito a missão da CCPJ de acreditação profissional.

Como é que essa articulação pode acontecer? Conversando, refletindo, discutindo, reunindo, trocando informações e reflexões. A criação de fóruns, uns mais informais do que outros, focados em objetivos bem definidos tem vindo a ser trabalhada pelas duas partes e outros intervenientes.

Muitas vezes a violação da presunção de inocência é uma consequência do acumular de outras violações. Há alguma forma de perceber se estas violações são responsabilidade do jornalista ou se este foi "obrigado" a cometê-las por pressão da empresa para a qual trabalha?

Esse é um problema muito concreto da regulação ética e deontológica: quando falamos de trabalho jornalístico, falamos de um trabalho que acaba por ser de responsabilidade partilhada pela hierarquia: editor, diretor... A análise deve ser sempre feita sem perder de vista essa realidade, mas é o jornalista autor do trabalho que tem o dever de cumprir os deveres deontológicos, portanto é o primeiro responsável.

É mais provável uma notícia contribuir para a desinformação pela construção errada da narrativa ou pela violação objetiva de uma lei (Estatuto do Jornalista, Lei de Imprensa)?

Não penso que esse seja um exercício plausível. A lei prevê situações que previnem a construção errada da narrativa, como “proceder à correção das incorreções”, abster-se de formular acusações sem provas, preservar a reserva da intimidade”, por exemplo – e só para falar das competências da CCPJ. Penso que o mais provável que contribua para a desinformação seja a ausência de jornalismo que cumpra as normas éticas e deontológicas.

A violação da presunção de inocência é algo difícil de regular?

Está prevista na lei penal e está prevista na al. c) do nº 2 do art.º 14º do Estatuto de Jornalista. Não é difícil de regular. Simplesmente, como direito formal que é – essa presunção deriva da ausência de sentença condenatória -, é iludível por matéria que tenha peso e provas jornalísticas suficientes. O jornalismo não está limitado ao tempo e ao modo da justiça, mas não pode abdicar da sua ética nem perder de vista os direitos atendíveis.

Sente que, em Portugal, a lei ainda tem um peso superior à deontologia, na regulação da atividade jornalística?

Depende de quem estamos a falar. Da parte dos jornalistas, direi que conhecem melhor os princípios deontológicos do que a lei. Da parte da CCPJ, cuja missão é a aplicação da lei, é muito importante que quem o faça conheça bem as realidades da profissão. E que a lei seja o mais próxima possível da realidade, para que não descolem uma da outra. Sentimos que esse risco é já real, e estamos a trabalhar para que isso se altere.

2. Tabela de análise das deliberações da ERC remetidas à CCPJ

Deliberações da ERC remetidas à CCPJ				
2019	2018	2017	2016	2015
ERC/2019/259 (CONTJOR-I) 18 setembro 2019 «No que respeita às matérias cuja avaliação não faz parte do leque de competências da ERC, dar conhecimento à Comissão da Carteira Profissional de Jornalista».	ERC/2018/161 (CONTJOR-I) 18 julho 2018 «Determinar a remessa do processo à Comissão da Carteira Profissional de Jornalista para apreciar as questões deontológicas emergentes da atuação dos jornalistas, atento o disposto no artigo 18.º-A do Estatuto dos Jornalistas e o artigo 48.º, n.º 1, do Código de Procedimento Administrativo».			245/2015 (CONTJOR-TV) 22 dezembro 2015 «Remeter a presente deliberação ao conhecimento da Comissão de Carteira Profissional de Jornalista para os efeitos tidos por convenientes».
ERC/2019/205 (PUB-NET) 24 julho 2019 «Mais determina a remessa da presente deliberação à Comissão de Carteira Profissional de Jornalista (CCPJ)».	-			173/2015 (CONTJOR-TV) 16 setembro 2015 «Remeter a presente deliberação ao conhecimento da Comissão de Carteira Profissional de Jornalista para os efeitos tidos por convenientes».
ERC/2019/198 (CONTJOR-TV) 10 julho 2019 «Dar conhecimento dos factos à CCPJ – Comissão da Carteira Profissional de Jornalista»				83/2015 (CONTJOR-I) 29 abril 2015 «Remeter a presente deliberação ao conhecimento da Comissão de Carteira Profissional de Jornalista para os efeitos tidos por convenientes».
ERC/2019/113 (CONTJOR-I) 7 março 2019 «Remeter a participação na origem deste processo à Comissão da Carteira Profissional de Jornalista, atendendo a que a questão suscitada pelo participante relativa à conduta do jornalista apenas é enquadrável nas competências daquela entidade».				82/2015 (CONTJOR-I) 29 abril 2015 «Remeter a presente deliberação ao conhecimento da Comissão de Carteira Profissional de Jornalista para os efeitos tidos por convenientes».
4	1			4
9 ocorrências no total				